



## SUMÁRIO

SUMÁRIO .....	1
ATOS DE CONTROLE EXTERNO .....	1
Juízo Singular .....	1
Conselheiro Waldir Neves Barbosa .....	1
Decisão Singular .....	1
Conselheiro Jerson Domingos .....	5
Decisão Singular .....	5
ATOS PROCESSUAIS .....	25
Conselheiro Waldir Neves Barbosa .....	25
Intimações .....	25
Conselheiro Ronaldo Chadid .....	26
Carga/Vista .....	26
Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo .....	26
Carga/Vista .....	26
SECRETARIA DAS SESSÕES .....	26
Pauta .....	26
Pleno .....	26
Primeira Câmara .....	31
Segunda Câmara .....	33
ATOS DO PRESIDENTE .....	35
Atos de Pessoal .....	35
Portaria .....	35
Atos de Gestão .....	36
Resultado de Licitação .....	36

## ATOS DE CONTROLE EXTERNO

### Juízo Singular

### Conselheiro Waldir Neves Barbosa

### Decisão Singular

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 5443/2019

PROCESSO TC/MS: TC/11054/2017

PROTOCOLO: 1817949

ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA

JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A): ROSANGELA CAVAZZANI LUCA

TIPO DE PROCESSO: CONCESSÃO

RELATOR: Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

**EMENTA: CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ – PROVIMENTOS PROPORCIONAIS – REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS – DOCUMENTOS ENCAMINHADOS TEMPESTIVAMENTE – REGISTRO**

A matéria apreciada nos autos refere-se à aposentadoria por invalidez concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Coronel Sapucaia/MS, a servidora **Maria Inês Weber Calandrelly** inscrita sob a matrícula: 3085-1, titular do cargo efetivo de Professora.

No transcorrer da instrução processual, após proceder à análise dos documentos que compõem o feito, a equipe **ANA - DFAPGP - 30583/2018 (fls. 37/38)** e o Representante do Ministério Público de Contas emitiu o parecer **PAR - 4ª PRC - 6833/2019 (fls. 39)**, sugeriram pelo **registro** do Ato de Pessoal (aposentadoria) em apreço, à medida que foram cumpridas todas as exigências regimentais e legais pertinentes.

É o relatório.

Examinando os autos, verifico que a concessão de Aposentadoria por Invalidez foi realizada em conformidade com as disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria, com fulcro no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação conferida pela Emenda Constitucional n. 41/2003 e art. 42, da Lei Complementar Municipal nº 49/2015, conforme Portaria nº 19/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios n. 1.842, de 08.05.2017.

À vista disso, concordo com a análise da ICEAP, acolho o parecer do representante do MPC e decido:

I - pelo **REGISTRO** do ato de concessão de Aposentadoria por Invalidez a **Maria Inês Weber Calandrelly**, com fundamento nas regras dos arts. 21,III e 34, II, da Lei Complementar (estadual) nº 160/2012 e art. 10,I do Regimento interno.

II - Pelo retorno dos autos à Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal para as anotações de estilo, nos termos do art.174, II, “a”, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

É a decisão.

Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

Campo Grande/MS, 30 de abril de 2019.

**WALDIR NEVES BARBOSA**  
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 5059/2019

PROCESSO TC/MS: TC/120028/2012

PROTOCOLO: 1354584

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA

JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A): BYANKA DANYELLA TAROCO DOS SANTOS - ME

TIPO DE PROCESSO: CONTRATO ADMINISTRATIVO

RELATOR: Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

**EMENTA: CONTRATAÇÃO PÚBLICA – PREGÃO PRESENCIAL – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE AGUA CLARA/MS – FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL E TERMO ADITIVO – ATOS REGULARES E LEGAIS**

Vistos, etc.

– Versam os presentes autos sobre o **Contrato Administrativo** nº. 121/2012, proveniente do **Pregão Presencial** nº. 29/2012, firmado entre o **Município de Água Clara** como contratante e a empresa **Byanka Danyella Taroco dos Santos - me**, como contratada.

Nesta fase processual objetiva-se analisar a legalidade e regularidade da formalização do Contrato Administrativo n.º 121/2012 (2ª fase) e do Termo Aditivo.

Tem como objeto desta contratação pública a aquisição de materiais de limpeza, para atender aos órgãos da Administração Municipal de Água Clara/MS, com o valor de R\$ 54.995,52 (cinquenta e quatro mil novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos)

A **Decisão Singular** ICN nº 2289/2015, proferida nos autos do Processo TC 120023/2012 publicada no DOE-TCE/MS nº 1114 de 09/06/2015, julgou **regular e legal** o Procedimento Licitatório **Pregão Presencial** nº 029/2012, visto tratar-se de procedimento que gerou contratações

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da 2ª Inspeção, por meio da sua Análise “**ANA - ZICE - 15517/2015**” (fls.36/40), e o ilustre representante Ministerial, por meio do seu Parecer “**PAR - 2ª PRC - 5975/2019**” (fls.502), manifestaram-se opinando pela **regularidade e legalidade** da formalização contratual (2ª fase) e do Termo Aditivo.

É o relatório

Cumpridos os pressupostos processuais e instruído regularmente os autos, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, “b”, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

A análise desta segunda fase recai sobre o exame da formalização do Contrato Administrativo nº 121/2012 e de seu Termo Aditivo, conforme o estabelecido no artigo 120, II e § 4º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Com relação ao instrumento de contrato, este foi formalizado de acordo com as determinações do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e estabelece com clareza e precisão as condições para a sua execução.

O Contrato foi estabelecido para vigorar por 120 (cento e vinte) dias, a partir de sua assinatura, no período de 20/06/2012 a 19/10/2012, conforme cláusula quinta do contrato (fl. 08).

O extrato do Contrato Administrativo nº 121/2012 assinado em 20/06/2012 foi devidamente publicado na imprensa oficial do município em 11/07/2012, portanto dentro do prazo legal, atendendo a exigência do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93 (fls.3).

No que tange ao Termo Aditivo, teve como objeto aumentar o quantitativo do serviço a ser prestado pelo contratado, acrescentando ao valor inicial o montante de R\$ 3.608,80 (três mil seiscentos e oito reais e oitenta centavos). Ainda prorrogar a vigência do contrato para **31/12/2012**

Verificamos que a assinatura do Termo Aditivo ocorreu em 19/10/2012 dentro da vigência do contrato original. A possibilidade de prorrogação do contrato está prevista no item 5.2 da cláusula quinta do Contrato (fl. 08).

Destaca-se que o Termo Aditivo, encontra-se devidamente justificado com autorização, Parecer Jurídico e publicação em consonância com a legislação de regência.

Face o exposto e, considerando a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, aprecio com fundamento no art. 10, inciso II, c/c o art. 70 do RITC/MS, **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE e LEGALIDADE** da formalização contrato nº 121/2012, nos termos do artigo 59, inciso I, da Lei Complementar nº. 160 de 2012, c/c com o inciso II, do artigo 120, da Resolução Normativa nº. 76 de 11 de dezembro de 2013;

II – Pela **REGULARIDADE e LEGALIDADE** da formalização do Termo Aditivo ao contrato nº 121/2012, nos termos do artigo 59, inciso I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c com o artigo 120, § 4º, inciso III do Regimento Interno TC/MS;

III – Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento às autoridades competentes, com base no art.50, da LC nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, determino a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais, observando-se que,

após, devem os autos ser encaminhados à inspeção competente para análise da execução contratual (3ª fase).

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2019.

**WALDIR NEVES BARBOSA**  
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 5144/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/120031/2012

**PROTOCOLO:** 1354582

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA

**JURISDICIONADO E/OU:** RUY RODRIGUES PANIAGO – ME

**INTERESSADO (A)**

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO

**RELATOR:** Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

**EMENTA:** CONTRATAÇÃO PÚBLICA – PREGÃO PRESENCIAL – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE AGUA CLARA/MS – FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL E TERMO ADITIVO – ATOS REGULARES E LEGAIS

Vistos, etc.

Versam os presentes autos sobre o **Contrato Administrativo** nº. 117/2012, proveniente do **Pregão Presencial** nº. 29/2012, firmado entre o **Município de Água Clara** como contratante e a empresa **Ruy Rodrigues Paniago**, como contratada.

Nesta fase processual objetiva-se analisar a legalidade e regularidade da formalização do Contrato Administrativo n.º 117/2012 (2ª fase) e do Termo Aditivo.

Tem como objeto desta contratação pública a aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza, para atender aos órgãos da Administração Municipal de Água Clara/MS, com o valor de R\$ 66.689,79 (sessenta e seis mil e seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e nove centavos)

A Decisão Singular ICN nº 2289/2015, proferida nos autos do Processo TC-120023/2012 publicada no DOE/TCE/MS nº 1114 de 09/06/2015, julgou regular e legal o Procedimento Licitatório Pregão Presencial nº 029/2012, visto tratar-se de procedimento que gerou contratações coletivas.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da 2ª Inspeção, por meio da sua Análise “**ANA - ZICE - 15506/2015**” (fls.34/38), e o ilustre representante Ministerial, por meio do seu Parecer “**PAR - 2ª PRC - 5977/2019**” (fls.496), após a intimação e o jurisdicionado haver sanado as falhas anteriormente apuradas manifestaram-se pela **regularidade e legalidade** da formalização do Contrato Administrativo nº 117/2012 e da formalização do 1º Termo Aditivo ao contrato, nos termos do art. 59, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o art. 120, inciso II, e § 4º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013..

É o relatório

Cumpridos os pressupostos processuais e instruído regularmente os autos, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, “b”, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

A análise desta segunda fase recai sobre o exame da formalização do Contrato Administrativo nº 117/2012 e de seu 1º Termo Aditivo, conforme o estabelecido no artigo 120, II e § 4º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Com relação ao instrumento de contrato, este foi formalizado de acordo com as determinações do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e estabelece com clareza e precisão as condições para a sua execução.

O Contrato foi estabelecido para vigorar por 120 (cento e vinte) dias, a partir de sua assinatura, no período de 20/06/2012 a 19/10/2012, conforme cláusula quinta do contrato (fl. 08).

O extrato do Contrato Administrativo nº 117/2012 assinado em 20/06/2012 foi devidamente publicado na imprensa oficial do município em 11/07/2012, portanto dentro do prazo legal, atendendo a exigência do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93 (fls.3).

No que tange ao 1º Termo Aditivo, teve como objeto aumentar o quantitativo do serviço a ser prestado pelo contratado, acrescentando ao valor inicial o montante de R\$ **8.341.50** (oito mil trezentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos). Ainda prorrogar a vigência do contrato para **31/12/2012**

Verificamos que a assinatura do Termo Aditivo ocorreu em 19/10/2012 dentro da vigência do contrato original. A possibilidade de prorrogação do contrato está prevista no item 5.2 da cláusula quinta do Contrato (fl. 08).

Destaca-se que o Termo Aditivo, encontra-se devidamente justificado com autorização, Parecer Jurídico e publicação em consonância com a legislação de regência.

O envio do Termo Aditivo nº 01/2012 ocorreu em 05/12/2012 (fl. 16), fora do prazo de 15 dias úteis contado da publicação do extrato que se deu em 12/11/2012 (fl. 33), estipulado pela Instrução Normativa TCE/MS Nº 35/2011. Recomenda-se ao jurisdicionado para que observe, com maior rigor os prazos para e remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas.

Face o exposto e, considerando a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, aprecio com fundamento no art. 10, inciso II, c/c o art. 70 do RITC/MS, **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** e **LEGALIDADE** da formalização contrato nº 117/2012, nos termos do artigo 59, inciso I, da Lei Complementar nº. 160 de 2012, c/c com o inciso II, do artigo 120, da Resolução Normativa nº. 76 de 11 de dezembro de 2013;

II – Pela **REGULARIDADE** e **LEGALIDADE** da formalização do 1º Termo Aditivo ao contrato nº 117/2012, nos termos do artigo 59, inciso I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c com o artigo 120, § 4º, inciso III do Regimento Interno TC/MS, ressaltando a intempestividade;

III – Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento às autoridades competentes, com base no art.50, da LC n.º 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, determino a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais, observando-se que, após, devem os autos ser encaminhados à inspetoria competente para análise da execução contratual (3ª fase).

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**WALDIR NEVES BARBOSA**  
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

#### **DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 5055/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/12977/2015

**PROTOCOLO:** 1611938

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** ADELVINO FRANCISCO DE FREITAS

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO

**RELATOR:** Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO – 3ª FASE – FORMALIZAÇÃO – AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ATENDER OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL - ATOS LEGAIS E REGULARES – QUITAÇÃO – ARQUIVAMENTO**

Vistos, etc.

Versam os presentes autos sobre os atos de execução financeira do objeto **Contrato Administrativo nº 100/2015**, celebrado em 11/05/2015 entre o **Município de Naviraí** como contratante e a empresa **B. D. da Silva Proença – me** como contratada.

A **Decisão Singular** DSG-G.ICN-8431/2017 (fls.151-154), publicada no DOE-TCE/MS nº 1609 de 16/08/2017 conforme certificação de fl.155, julgou **regular e legal** a formalização do **Contrato Administrativo nº 100/2015**, e julgou ainda **regular e legal** com ressalva o 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 100/2015..

O objeto da presente licitação pública é a aquisição de óleo lubrificante, para atender os veículos da frota municipal, com valor de **R\$ 37.060,00** (trinta e sete mil e sessenta reais ).

A Divisão de Fiscalização de Execução procedeu à análise dos atos praticados no curso da terceira fase haja vista o encerramento da execução contratual, e emitiu o seu juízo de valor opinando pela **regularidade e legalidade** dos atos e ressalva à **intempestividade** da remessa, consoante Análise **“ANA 2ICE - 5693/2018”** (fls. 157/160).

Em razão da análise das razões ora anexas, o douto Ministério Público de Contas, prolatou o r. Parecer **“PAR - 2ª PRC - 6119/2019”** (fls. 161) opinando pela **regularidade e legalidade** atos praticados e aplicação de multa pela **intempestividade** ao jurisdicionado nesta fase ora examinada.

É o relatório.

Averiguadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, parágrafo único, II “b” da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, dou prosseguimento ao exame de mérito, que incide sobre a execução financeira, segundo o art. 120, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, em razão do encerramento da execução contratual.

Quanto aos atos de execução financeira, vejo que os mesmos foram realizados em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320/64, demonstrando, na íntegra, a consonância entre os valores empenhados, liquidados e pagos, resumidamente assim demonstrados:

<b>Resumo Total da Execução</b>	
<b>Valor Contratual Inicial e Final</b>	<b>R\$ 37.060,00</b>
<b>Notas de Empenho</b>	<b>R\$ 68.500,00</b>
<b>Anulações de Notas de Empenho</b>	<b>R\$ 59.998,00</b>
<b>Ordens de Pagamento</b>	<b>R\$ 8.502,00</b>
<b>Notas Fiscais</b>	<b>R\$ 8.502,00</b>

Como se vê, os estágios da despesa se equivalem, quais sejam empenho, liquidação e pagamento, circunstância que revela a correta liquidação do objeto.

Assim como destacado na análise da 2ª Inspetoria de Controle Externo a remessa da documentação ocorreu de forma intempestiva. Contudo, embora a remessa dos documentos relativos à execução financeira em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, a legalidade dos atos praticados permite a adoção da recomendação para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Nessas condições, e considerando que foram atendidas as exigências contidas nas Leis n. 8.666/93 e n. 4.320/64, bem como nas normas regimentais estabelecidas por esta Corte de Contas, constata-se que a execução financeira merece a chancela deste Colendo Tribunal.

Mediante o exposto, acolhendo a manifestação do Corpo Técnico e parcialmente o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, aprecio com fundamento no art. 10, II, § 3º, V, c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013,e, **DECIDO**:

I - Pela **REGULARIDADE** e **LEGALIDADE**, da execução financeira do Contrato Administrativo nº 100/2015 celebrado entre o Município de Naviraí (CNPJ Nº 03.155.934/0001-90) e a empresa B. D. da Silva Proença - me (CNPJ Nº 19.751.061/0001-19), nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160/2012, cc. a alínea “b” do inciso IV do art. 122 do Regimento Interno;

II – Pela **QUITAÇÃO** ao Ordenador de Despesas, Senhor **Ciro José Toaldo**, CPF/MF n.578.093.809-48, Gerente de Educação e Cultura à época de Naviraí/MS, para os efeitos do art. 60 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o

art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

III - pela **RECOMENDAÇÃO** ao atual responsável a fim de adote providências visando ao atendimento das instruções vigentes quanto à observância da remessa dos documentos sujeitos ao encaminhamento a esta Corte de Contas, na forma regimental, de forma e evitar a ocorrência de falhas da mesma natureza, nos termos do art. 59,§ 1º, II, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno;

IV - Pelo **ARQUIVAMENTO** do presente feito, após o trânsito em julgado, nos termos do art.173, V, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

V - Pela **INTIMAÇÃO**, nos termos do art.50, I da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o art. 94, da resolução Normativa TC/MS 76/2013.

É a decisão

Remetam-se os presentes autos ao Cartório para as devidas providências nos termos do ar. 70§2º, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2019.

**WALDIR NEVES BARBOSA**  
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 5254/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/13266/2015

**PROTOCOLO:** 1613349

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** ROBERTO TAVARES ALMEIDA

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO

**RELATOR:** Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

**EMENTA:** CONTRATAÇÃO PÚBLICA – MUNICÍPIO DE TAQUARUSSU – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE – EXAME DA 2ª FASE E DOS 1º E 2º TERMOS ADITIVOS – CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS – PELA REGULARIDADE E LEGALIDADE

Vistos, etc.

Versam os presentes autos sobre o **Contrato Administrativo nº 31/2015**, celebrado entre o **Município de Taquarussu**, como contratante e a empresa **Wesley H.de Matos Silva-me**, como contratada.

O objetivo desta contratação é para aquisição, parcelada, de material de limpeza e higiene para manutenção das secretarias do município, no valor de R\$ 40.952,13 (quarenta mil novecentos e cinquenta e dois reais e treze centavos)

Nesta fase processual objetiva-se analisar a legalidade e regularidade da formalização do Contrato Administrativo nº 316/2015 (2ª fase), bem como os 1º, 2º termos aditivos.

Vale ressaltar a **regularidade** e a **legalidade** do procedimento licitatório foi confirmada por intermédio da Decisão Singular DSG - G.ICN - 7317/2017, nos autos do TC/MS nº 13231/2015.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da 2ª Inspeção de Controle externo, por meio da sua Análise **ANA – 2ICE – 25655/2018 – fls 696-699**, emitiu o seu juízo de valor opinando pela **regularidade** e **legalidade** dos atos e ressalva à **intempestividade** da remessa da documentação à esta Corte de Contas.

O ilustre representante Ministerial, por meio do seu Parecer **PAR – 3ª PRC – 6268/2019 – fls. 700/701**, opinou pela **regularidade** e **legalidade** da formalização contratual (2ª fase), e dos 1º e 2º Termos Aditivos, e aplicação de multa pela **intempestividade** ao jurisdicionado nesta fase ora examinada.

Vieram os autos a esta Relatoria para Decisão.

É o relatório

Cumpridos os pressupostos processuais e instruído regularmente os autos, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, “b”, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

A análise desta segunda fase recai sobre o exame da formalização do Contrato Administrativo nº 31/2015 e de seus Termos Aditivos, conforme o estabelecido no art. 120, II e § 4º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Com relação ao instrumento de contrato, este foi formalizado de acordo com as determinações do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e estabelece com clareza e precisão as condições para sua execução.

O prazo de vigência da contratação foi avençado na cláusula quinta do contrato, de 24/03/2015 a 31/12/2015 (fl. 232).

O extrato do Contrato Administrativo nº 31/2015 assinado em 24/03/2015 (fls. 237) foi devidamente publicado na imprensa oficial do município em 25/03/2015, portanto dentro do prazo legal, atendendo a exigência do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93 (fls.3).

No que tange ao 1º e 2º Termos Aditivos presentes nos autos, foram todos com vista à prorrogação da vigência do contrato, instruídos pelas devidas justificativas, competentes pareceres jurídicos e publicados tempestivamente na imprensa oficial do município, assim como remetidos a esta Corte de Contas em conformidade a Resolução TCE/MS nº 54/2016.

Assim como destacado na análise da 2ª Inspeção de Controle Externo a remessa da documentação ocorreu de forma **intempestiva**. Contudo, embora a remessa dos documentos tenha ocorrido de forma intempestiva, a legalidade dos atos praticados permite a adoção da recomendação para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Extraí-se do feito que os órgãos de apoio foram unânimes em se manifestar pela **legalidade** e **regularidade** do procedimento licitatório e da formalização contratual. Consta-se assim, por meio da documentação juntada, que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos quanto à regularidade da matéria relativa aos 1º e 2º Termos Aditivos e a formalização do Contrato Administrativo nº 31/2015 (2ª fase).

Face o exposto e, considerando a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, aprecio com fundamento no art. 10, inciso II, c/c o art. 70 do RITC/MS, **DECIDO:**

I – Pela **REGULARIDADE** e **LEGALIDADE** da formalização contrato nº 31/2015, nos termos do artigo 59, inciso I, da Lei Complementar nº 160 de 2012, c/c com o inciso II, do artigo 120, da Resolução Normativa nº 76 de 11 de dezembro de 2013;

II – Pela **REGULARIDADE** e **LEGALIDADE** da formalização do 1º e 2º Termos Aditivos ao contrato nº 31/2015, nos termos do artigo 59, inciso I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c com o artigo 120, § 4º, inciso III do Regimento Interno TC/MS;

III - pela **RECOMENDAÇÃO** ao atual responsável a fim de adote providências visando ao atendimento das instruções vigentes quanto à observância da remessa dos documentos sujeitos ao encaminhamento a esta Corte de Contas, na forma regimental, de forma e evitar a ocorrência de falhas da mesma natureza, nos termos do art. 59,§ 1º, II, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno;

IV – Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento às autoridades competentes, com base no art. 50, da LC nº 160/2012.

É a decisão

Nos termos do artigo 70, § 2º, do Regimento Interno, determino a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais, observando-se que, após, devem os autos ser encaminhados à inspeção competente para análise da execução contratual (3ª fase)

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

**WALDIR NEVES BARBOSA**  
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

## Conselheiro Jerson Domingos

### Decisão Singular

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5191/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/12641/2015

**PROTOCOLO:** 1611507

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE INOCÊNCIA/MS

**INTERESSADO:** ANTÔNIO ANGELO GARCIA DOS SANTOS

**CARGO:** EX-PREFEITO MUNICIPAL

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2015.

**PROCEDIM. LICITATÓRIO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015.

**CONTRATADO:** AF LOCADORA DE VEÍCULOS E TRANSPORTES EIRELI – ME.

**OBJETO CONTRATADO:** SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NAS LINHAS EM QUE NÃO SÃO UTILIZADOS VEÍCULOS NO MUNICÍPIO DE INOCÊNCIA.

**VALOR DO OBJETO:** R\$ 140.268,00.

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

Trata o presente processo da formalização do instrumento contratual (Contrato nº 10/2015), oriundo da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 01/2015 e a respectiva execução financeira, celebrado entre o Município de Inocência/MS e a empresa AF Locadora de Veículos e Transportes EIRELI – ME., tendo como objeto a contratação de serviços de transporte escolar nas linhas em que não são utilizados veículos do Município.

A 3ª Inspeção de Controle Externo, em sua análise nº 13500/2018 (fls. 146/152) manifestou-se pela **regularidade** do instrumento contratual (Contrato nº 10/2015) e da execução financeira, correspondentes às 2ª e 3ª fases, em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais. Ressalvou a **remessa intempestiva dos documentos** para análise desta Corte de Contas (Em mais de 03 meses), do prazo preconizado pela Instrução Normativa nº 35/2011, vigente à época.

Por conseguinte, o Ministério Público de Contas através do parecer PAR-2ºPRC-7691/2019 (fl. 153) manifestou-se nos seguintes termos:

“Pelo que dos autos consta e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas, com fulcro no inciso I, artigo 18 da Lei Complementar Estadual sob o n. 148/2010, conclui pela **legalidade e regularidade da formalização do instrumento e da execução financeira do contrato em apreço**, no valor de R\$ 89.910,70 (oitenta e nove mil, novecentos e dez reais e setenta centavos) nos termos do art. 120, II e III c/c o artigo 122, III, alíneas “a” e “b”, ambos do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013, com ressalva pela remessa intempestiva dos documentos a Corte de Contas.”

É o relatório.

#### DECISÃO

Cumpra salientar primeiramente que o procedimento licitatório que originou o instrumento contratual em análise foi apreciado através da Decisão Singular DSG - G.JD - 7524/2016, constante no processo TC/MS-12658/2015 (fls. 276/278), cujo resultado foi pela sua **regularidade** e pela aplicação de multa de 30 (trinta) UFERMS ao responsável pela remessa intempestiva de documentos.

De posse dos autos, passo a analisar a formalização do instrumento contratual e a execução financeira do instrumento em tela, nos termos do artigo 120, II, III da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Quanto ao instrumento contratual (Contrato nº 10/2015) oriundo da licitação na modalidade descrita, verifica-se que o mesmo encontra-se correto e em conformidade com os requisitos estabelecidos nos arts. 54, § 1º, 55, 61 e 62 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei nº 10.520/2002, bem como com

as normas regentes deste Tribunal de Contas, e apresenta cláusulas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Em relação à execução financeira da contratação, nos termos da análise técnica, a mesma, encontra-se nos seguintes termos:

- Nota de empenho: R\$ 89.910,70;
- Nota fiscal: R\$ 89.910,70; e
- Pagamento: R\$ 89.910,70.

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64 e com as determinações contidas na legislação regente.

Ante o exposto, considerando a análise elaborada pela Equipe Técnica da 3ª Inspeção de Controle Externo, e acolhendo r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, **DECIDO:**

1. Pela **REGULARIDADE** da formalização do instrumento contratual - Contrato Administrativo nº 10/2015 (2ª fase), nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, II, da Resolução Normativa nº 76/2013;
2. Pela **REGULARIDADE** da execução financeira (3ª fase) em epígrafe, com fulcro no art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 e art. 120, III da Resolução Normativa nº 76/2013;
3. Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** no valor de 30 (Trinta) UFERMS, de responsabilidade do Sr. Antônio Ângelo dos Santos (Titular do órgão - à época), conforme o art. 42, II e IX, art. 44, I, art. 45, I e art. 46, todos da Lei Complementar nº 160/2012, em face da **remessa intempestiva de documentos** para análise desta Corte de Contas do referido contrato;
4. Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 60 (sessenta) dias para que o responsável acima citado recolha o valor referente à multa junto ao FUNTC, comprovando nos autos no mesmo prazo, conforme o art. 172, I, II e §1º da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013 c/c. o art. 83 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012;
5. Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado desta Decisão aos interessados, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c art. 70, § 2º da Resolução Normativa nº 76/2013.

É como decido.

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 4968/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/13573/2015

**PROTOCOLO:** 1617359

**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA/MS.

**ORDENADOR:** SILAS JOSÉ DA SILVA

**CARGO:** EX-PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATADO:** CIRURGICA MS LTDA.

**PROCEDIMENTO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015.

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO Nº 054/2015.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PACTUADOS E NÃO PACTUADOS, COM ENTREGA PARCELADA, PARA ATENDER À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA/MS.

**VALOR:** R\$ 68.171,20.

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

Trata o presente processo da formalização do instrumento contratual (Contrato nº 054/2015), oriundo da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 018/2015 e a sua execução financeira, celebrado entre Fundo Municipal de Saúde de Água Clara através da Prefeitura Municipal de Água Clara/MS e a empresa CIRÚRGICA MS LTDA, tendo como objeto a Contratação de empresa

especializada para fornecimento de medicamentos pactuados, com entrega parcelada, para atender à Secretaria Municipal de Saúde de Água Clara/MS.

A 3ª Inspeção de Controle Externo, em sua análise nº 19816/2018 (peça nº 15, fls. 01/08) manifestou-se pela **regularidade** do instrumento contratual - Contrato nº 054/2015 (2ª fase) e pela **irregularidade** da execução financeira (3ª fase), em razão da **ausência documental e divergência de valores**, caracterizando inobservância a preceitos legais e normas regimentais pertinentes à matéria.

O Ministério Público de Contas, através do parecer PAR-2ªPRC-6365/2019 (peça nº 16, fls. 01/03), manifestou-se pela **regularidade** da formalização do instrumento contratual (2ª fase) e pela **irregularidade** dos atos praticados no decorrer da execução financeira contratual (3ª fase), bem como pela aplicação de multa ao ordenador de despesas.

É o relatório.

#### DECISÃO

Cumpra salientar primeiramente que o procedimento licitatório que originou o instrumento contratual em análise foi apreciado através da Decisão Singular DSG – G. JD – 4867/2016, constante no processo TC/MS-13591/2015, cujo resultado foi pela sua **regularidade**.

De posse dos autos, passo a analisar a formalização contratual e a execução financeira do instrumento em tela, nos termos do artigo 120, II e III da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O instrumento contratual celebrado entre as partes foi o Contrato Administrativo nº 054/2015, aplicável no presente caso e formalizado em observância aos requisitos estabelecidos nos artigos 55, 58, 61 e 62, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como com as normas regentes deste Tribunal de Contas, e apresenta cláusulas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Em relação à execução financeira da contratação, nos termos da análise técnica, a mesma, encontra-se nos seguintes termos:

Especificação	Valor R\$	Diferença R\$(+/-)
Valor inicial da contratação	68.171,20	
Empenhos Emitidos	68.171,20	
Anulação de Empenhos	(-) 14.141,50	
<b>Empenhos Válidos</b>	<b>54.030,70</b>	
<b>Comprovantes Fiscais</b>	<b>52.530,70</b>	<b>(-) 1.492,00</b>
<b>Pagamentos</b>	<b>52.538,70</b>	

Quanto à execução financeira, de acordo com a análise da 3ª ICE, verificou-se uma diferença de R\$ 1.492,00 entre o total das Notas de Empenhos Válidos e os Comprovantes de Pagamentos e Fiscais, sendo assim, os documentos acostados aos autos do Contrato nº 054/2015, não foram encaminhados em sua totalidade para apreciação desta Corte de Contas, mesmo após intimação da Autoridade Administrativa, ficando prejudicada a presente análise em função da **ausência de documentos indispensáveis** à verificação da sua regularidade, caracterizando assim, gestão irregular da execução do objeto da contratação.

Desta forma, o Ordenador de Despesas não obteve êxito em sua obrigação constitucional de comprovar o correto processamento das despesas contratadas, contrariando os artigos 60, 62 e 63, §2º, II da Lei nº 4.320/64.

Portanto, a desobediência às prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 4.320/64 e Instrução Normativa TC/MS nº 35/2011, bem como aos princípios da legalidade e moralidade, reveste de **irregularidade** os atos praticados na execução financeira do objeto contratual (3ª fase).

O Ordenador de Despesas deve estar atento aos mandamentos legais, sob pena de responsabilidade, em todos os certames, independente do objeto da contratação, devendo o administrador público remeter os documentos de maneira integral e no prazo regimental para análise deste Tribunal de Contas em conformidade com as leis regimentais.

Ao deixar de encaminhar documentos exigidos por lei, o responsável violou o disposto no art. 113 da Lei de Licitações e Contratos, além de descumprir mandamentos regimentais desta Corte de Contas, *in verbis*:

Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.

Ante o exposto, considerando a análise elaborada pela Equipe Técnica da 3ª Inspeção de Controle Externo, **DECIDO**:

1. Pela **REGULARIDADE** da formalização do instrumento contratual (Contrato nº 054/2015), correspondente à 2ª fase, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, II, da Resolução Normativa nº 76/2013;

2. Pela **IRREGULARIDADE** da execução financeira do contrato em epígrafe, correspondente à 3ª fase, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, III da Resolução Normativa nº 76/2013.

3. Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** no valor de 35 (Trinta e cinco) UFERMS, ao Sr. Silas José da Silva (Titular à época), por infração à prescrição legal e regulamentar, nos termos dos artigos 42, I, II e IX, 44, I, e 45, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012; referente ao não encaminhamento de documentos indispensáveis a comprovação da execução do objeto do contrato.

4. Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** no valor de 30 (Trinta) UFERMS, ao Sr. Silas José da Silva (Titular à época), por infração à prescrição legal e regulamentar, nos termos dos artigos 42, II e IX, 44, I, e 45, I, e art. 46 todos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, em face da remessa intempestiva de documentos;

5. Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 60 (sessenta) dias para que o responsável acima citado recolha o valor referente à multa junto ao FUNTC, comprovando nos autos no mesmo prazo, conforme o art. 172, I, II e §1º da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013 c/c o art. 83 da Lei Complementar nº 160/2012;

6. Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

É como decidido.

Campo Grande/MS, 22 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5234/2019

PROCESSO TC/MS: TC/14612/2014

PROTOCOLO: 1532109

ÓRGÃO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL  
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A): CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA

TIPO DE PROCESSO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/703.279/2014

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 3850/2014/DETRAN

OBJETO CONTRATADO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE APTIDÃO FÍSICA E MENTAL AOS CANDIDATOS A OBTENÇÃO, RENOVAÇÃO, INCLUSÃO OU MUDANÇA DE CATEGORIA DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE DOURADOS – MS.

CONTRATADA: AJAX & ROLIM LTDA

VALOR INICIAL CONTRATADO: R\$ 236.812,80

RELATOR: Cons. JERSON DOMINGOS

O presente processo refere-se à análise do processo de Credenciamento decorrente de procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº

31/703.279/2014, da formalização do instrumento contratual (Contrato de Credenciamento nº. 3850/2014), e da execução financeira do referido contrato, celebrado entre o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL e a empresa AJAX & ROLIM LTDA, tendo como objeto a contratação de empresa para a realização de exames de aptidão física e mental aos candidatos a obtenção, renovação, inclusão ou mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação, no município de Dourados – MS.

A 3ª Inspeção de Controle Externo em sua análise ANA – 3ICE –23414/2018 (peça nº. 35), opinou pela **regularidade** do procedimento licitatório (Inexigibilidade de licitação nº. 31/703.279/2014), da formalização do instrumento contratual (Contrato de Credenciamento nº. 3850/2014), e da execução financeira, correspondente às 1ª, 2ª e 3ª fases, bem como dos Termos Aditivos formalizados na presente contratação, em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais pertinentes à matéria, ressaltando-se quanto à **intempetividade** na remessa de documentos relativos a resposta ao termo de Intimação e a Execução Financeira a esta Egrégia Corte de Contas, por parte do Sr. Gerson Claro Dino, titular do órgão à época.

Por conseguinte, o Ministério Público de Contas, através do Parecer PAR – 2ªPRC – 6522/219 (peça nº. 36), concluiu pela **regularidade e legalidade** do procedimento de Inexigibilidade de Licitação, bem como pela **regularidade** da formalização do Contrato de Credenciamento nº 3850/2014, da formalização do 1º e 2º Termos Aditivos e da execução financeira do contrato em epígrafe.

É o relatório.

#### **RAZÕES DA DECISÃO**

Constata-se que foram observadas as disposições regimentais quanto à instrução processual, bem como os atos referentes ao procedimento Inexigibilidade de licitação nº. 31/703.279/2014, formalização do instrumento do contrato (Contrato de Credenciamento nº. 3850/2014), bem como dos Termos Aditivos (1º e 2º) e da execução financeira, atendem as determinações da Lei federal n. 8666/93, INTC n.35/2011 e Resolução Normativa 76/2013

O procedimento licitatório supramencionado foi formalizado, no âmbito do órgão jurisdicionado, por meio do Processo Administrativo nº 31/703.279/2014, cuja documentação encontra-se completa e atende as normas estabelecidas na Resolução Normativa TC/MS nº. 35/2011.

Verifica-se que o presente Contrato de Credenciamento nº. 3850/2014 encontra-se revestido de legalidade, formalizado e publicado dentro do prazo previsto em Lei; constata-se que estabelece as condições para a sua execução e define direitos, obrigações e responsabilidades das partes na forma do art. 62 e contém as cláusulas necessárias, estabelecidas no art. 55 da Lei nº 8.666/93 bem como os Termos Aditivos (1º e 2º) encontram-se adequados ao disposto do art. 120, parágrafo 4º, inciso III da Resolução Normativa nº 76/213

Quanto à execução financeira da contratação, ficou claramente demonstrado que os valores empenhados, pagos e comprovados pela nota fiscal, foram realizados de acordo com a Lei n. 4.320/64 e com as determinações contidas na Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, ficando assim discriminados.

Especificação	Valor R\$
Valor inicial da Contratação	R\$ 236.812,80
Total de acréscimos	R\$ 150.215,33
Valor Final da Contratação	R\$ 387.028,13
Total de Empenhos Emitidos	R\$ 465.886,86
Total de Anulação de Empenhos	(-) R\$ 78.858,73
<b>Total de Empenhos Válidos</b>	<b>R\$ 387.028,13</b>
<b>Total de Comprovantes Fiscais</b>	<b>R\$ 387.028,13</b>
<b>Total de Pagamentos</b>	<b>R\$ 387.028,13</b>

Os valores apresentados acima constam no demonstrativo da execução financeira, anexados na f. 264/266 da peça digital nº 35 que, por sua vez, guardam conformidade com os respectivos documentos, constantes na mesma peça, os quais foram devidamente conferidos pelo corpo técnico desta Corte, comprovando assim, a sua regularidade.

Cumprido salientar a intempetividade na remessa dos documentos relativos à resposta ao termo de Intimação e a remessa da execução financeira conforme demonstrados nos itens VI.2 e X.1 da peça digital nº 35, de responsabilidade do Sr. Gerson Claro Dino, titular do órgão à época, com fulcro ao prazo estabelecido no art. 191, inciso XII, alínea d, item 1, do Regimento Interno TC/MS e no Anexo I, Capítulo III, seção I, item 1.3.1, letra A.2, da Instrução Normativa TC/MS nº 35 de 14/12/2011 respectivamente.

Ante o exposto

#### **DECIDO:**

1. Pela **REGULARIDADE** do procedimento de Inexigibilidade de Licitação (Processo Administrativo nº 31/703.279/2014), correspondente a 1ª fase, nos termos do artigo 59, I da Lei Complementar nº. 160/2012 c/c o artigo 120, I do RITC;
2. Pela **REGULARIDADE** da formalização do instrumento contratual (Contrato de Credenciamento nº 3850/2014/DETRAN), correspondente a 2ª fase, nos termos do artigo 59, I da Lei Complementar nº. 160/2012 c/c o artigo 120, II do RITC;
3. Pela **REGULARIDADE** da formalização dos aditamentos (1º e 2º Termos Aditivos) ao Contrato de Credenciamento nº 3850/2014/ DETRAN, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, §4º da Resolução Normativa TC/MS nº76/2013.
4. Pela **REGULARIDADE** da execução financeira em epígrafe, nos termos do artigo nº 59, I da Lei Complementar nº. 160/2012 c/c o artigo 120, III do RITC;
5. Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** no valor de 30 (trinta) UFRMS ao Sr. Gerson Claro Dino, responsável à época, em face da remessa intempetiva de documentos a esta Corte de Contas, nos termos do artigo 44, I, c/c o artigo 46, ambos da Lei Complementar nº 160/2012;
6. Pela concessão do **PRAZO** de 60 (sessenta) dias para que o responsável acima citado recolha o valor referente à multa junto ao FUNTC, comprovando nos autos no mesmo prazo, conforme o art. 172, I, II e §1º da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013 c/c. o art. 83 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012;
7. Pela **INTIMAÇÃO** ao interessado de acordo com as normas regimentais desta Corte de Contas.

É como decido.

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### **DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 4996/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/15024/2017  
**PROTOCOLO:** 1831587  
**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS  
**ORDENADOR DE DESPESAS:** CÉLIA REGINA FURTADO DOS SANTOS  
**CARGO DO ORDENADOR:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 096/2017  
**CONTRATADA:** ENZO VEÍCULOS LTDA.  
**OBJETO CONTRATADO:** AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO (ZERO KM), TIPO “VAN”, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, COM MÍNIMO 15 (QUINZE) LUGARES, EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017  
**VALOR CONTRATUAL:** R\$ 150.000,00  
**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

O presente processo refere-se à análise da execução financeira do instrumento contratual (Contrato n.º 096/2017) – 3ª fase, originário do procedimento licitatório (Pregão Presencial n.º 014/2017), celebrado entre o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS** e a empresa **ENZO VEÍCULOS LTDA.**, tendo como objeto a aquisição de 01 (um) veículo novo (zero KM), tipo “VAN”, de fabricação nacional, com no mínimo 15 (quinze) lugares, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

O procedimento licitatório e formalização do contrato em epigrafe foram julgados através da DECISÃO SINGULAR DSG – G.JD – 1811/2018 (peça n.º 29) como **regulares**.

O corpo técnico da 3ª Inspeção de Controle Externo em sua análise – ANA – 3ICE – 27450/2017 (peça n.º. 35) manifestou-se pela regularidade da formalização da execução financeira (3ª fase), em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais, ressalvando-se quanto à intempestividade da remessa dos documentos a esta Egrégia Corte de Contas.

Por conseguinte, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR – 4ª PRC – 6675/2019 (peça n.º. 44) opinou no seguinte sentido:

I - legalidade e regularidade da prestação de contas da execução financeira do contrato com ressalva, nos termos do art. 59, inciso II, da Lei n.160/2013 c/c art.120, inciso III, art. 121, inciso III ambos da Resolução Normativa TC/MS n.076/2013, infringência ao Anexo VI, item 8.1, letra A.2, da Resolução TC/MS n. 54, de 14/12/2016;

II - multa ao jurisdicionado, Senhora Célia Regina Furtado dos Santos – CPF n.786.625.401-04, com fulcro no art. 77, VIII, da Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul, c/c o art. 44, I, da Lei Complementar n. 160/2012 e art. 170, § 1º, inciso I, da Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, infringência ao Anexo VI, item 8.1, letra A.2, da Resolução TC/MS n. 54, de 14/12/2016;

III - comunicação do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal/88.

É o relatório.

#### **RAZÕES DA DECISÃO**

Passo a analisar a execução financeira do instrumento contratual (Contrato n.º 096/2017) – 3ª fase, nos termos do art. 120, III, da Resolução Normativa TC/MS n.º 76/2013.

A execução financeira do instrumento em apreço restou demonstrada da seguinte forma:

Empenhos Válidos:	R\$ 150.000,00
Comprovantes Fiscais:	R\$ 150.000,00
Pagamentos:	R\$ 150.000,00

Assim, constata-se que a execução financeira do presente contrato restou comprovada e paga, atendendo os ditames da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações c/c a Lei Federal n.º 4.320/64 e da Resolução Normativa TC/MS n.º 35/2011, devendo assim ser julgada legal e regular.

No entanto, cumpre salientar, a intempestividade na remessa dos documentos pertinentes à execução financeira a esta Egrégia Corte de Contas, previsto na Instrução Normativa TC/MS nº 054/2016.

Diante de todo o exposto, **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** da execução financeira do instrumento contratual (Contrato n.º 096/2017) – 3ª fase, originário do procedimento licitatório (Pregão Presencial n.º 014/2017), celebrado entre o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS** e a **EMPRESA ENZO VEÍCULOS LTDA.**, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar n.º 160/2012 e art. 120, III, da Resolução Normativa n.º 76/2013;

II - Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** no valor de 30 (trinta) UFERMS a Sra. Célia Regina Furtado dos Santos, ordenadora de despesas, pela remessa intempestiva dos documentos pertinentes à execução financeira a esta Corte

de Contas, nos termos do artigo 44, I c/c o artigo 46, ambos da Lei Complementar nº 160/2012;

III - Pela concessão do **PRAZO** de 60 (sessenta) dias para que o responsável acima citado recolha o valor referente à multa junto ao FUNTC, comprovando nos autos no mesmo prazo, conforme o art. 172, I, II e §1º da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013 c/c. o art. 83 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012

IV – Pela **INTIMAÇÃO** dos interessados acerca do resultado do presente julgamento, nos termos do art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c art. 94 da Resolução Normativa n.º 76/2013.

É como decido.

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### **DECISÃO SINGULAR DSG – G.JD – 5081/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1720/2018

**PROTOCOLO:** 1887954

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** SIDNEI GARCIA DE FREITAS

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Reforma **ex officio** concedida ao 1º Sargento **SIDNEI GARCIA DE FREITAS**, considerado regular pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, c.c. os artigos 9º e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Reforma **ex officio** acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### **DECISÃO SINGULAR DSG – G.JD – 5008/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/17528/2014

**PROTOCOLO:** 1557778

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

**INTERESSADO:** JORGE JUSTINO DIOGO

**CARGO:** EX-PREFEITO MUNICIPAL

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 224/2014

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** DISPENSA DE LICITAÇÃO

**CONTRATADO** EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – DR/MS

**OBJETO CONTRATADO:** PRESTAÇÃO, PELA ECT, DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS, QUE ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA CONTRATANTE, MEDIANTE ADESAO AOS ANEXOS DESTES INSTRUMENTO CONTRATUAL

**VALOR** R\$ 40.000,00

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

O presente processo refere-se à análise do procedimento Dispensa de Licitação - Processo Administrativo nº 2131/2014, a formalização do Contrato nº 224/2014 e dos Aditamentos (1º, 2º, 3º, 4º e 5º Termos Aditivos), celebrado entre a Prefeitura Municipal de Brasilândia/MS e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, tendo como objeto a prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da Contratante, mediante adesão aos anexos deste instrumento contratual.



A equipe técnica da Divisão de Fiscalização de Contratação Pública, Parcerias e Convênios do Estado e dos Municípios – DFCPPC, através da análise ANA – DFCPPC – 29856 (peça nº 33 - fls. 533/547), opinou pela **regularidade** do Procedimento de Dispensa de Licitação (Processo Administrativo nº 2131/2014), do instrumento contratual (Contrato nº 224/2014) e dos aditamentos (1º, 2º, 3º, 4º e 5º Termos Aditivos). Ressaltou o **descumprimento** de prazo por parte do Sr. Jorge Justino Diogo, ocorrida nos Itens **IV, V.1, VVI.1, VVV.1.3, VIII.2.3 e VIII.3.2**, infringindo, por consequência, o prazo preconizado pela Instrução Normativa nº 35/2011 vigente à época, e, ainda, o prazo estabelecido na Resolução TCE/MS nº 54/ 2016.

Por conseguinte o Ministério Público de Contas em seu Parecer nº PAR – 4ª PRC – 7020/2019 (peça nº 34 – fls. 548/549) opinou nos seguintes termos:

“Pelo que dos autos constam, este Ministério Público de Contas conclui pela **REGULARIDADE** e **LEGALIDADE** da **DISPENSA** (1ª Fase), **FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 224/2014** (íntegra, fls. 072 – 2ª Fase), **1º, 2º, 3º, 4º e 5º TERMOS ADITIVOS**, pois se encontram nos moldes da Lei Federal nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, bem como as determinações contidas no capítulo III da IN/TC/MS nº 035/2011, com fulcro no inciso I, do artigo 59, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c inciso I, do artigo 121, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013”

É o relatório.

#### DECISÃO

Vieram os autos a está relatoria para análise do procedimento Dispensa de Licitação (1ª fase), formalização do contrato nº 224/2014 (2ª fase), bem como a formalização dos aditamentos (1º, 2º, 3º, 4º e 5º Termos Aditivos), nos termos do artigo 120, I, letra “b”, II e § 4º, II e III, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O procedimento licitatório na modalidade acima identificada foi formalizado, no âmbito do órgão jurisdicionado, por meio do processo administrativo nº 2131/2014, cuja documentação se encontra completa e atende as normas estabelecidas por esta Corte.

No que concerne o Contrato nº 224/2014, verifica-se que o mesmo encontra-se correto e em conformidade com os requisitos estabelecidos nos artigos 54, parágrafo 1º, 55 e 61, da Lei Geral de Licitações e Contratos, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como com as normas regentes deste Tribunal de Contas, e apresenta cláusulas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Através da análise da documentação encaminhada a esta Corte de Contas, no que se refere aos Termos Aditivos (1º, 2º, 3º, 4º e 5º), os mesmos encontram-se em consonância com o Regimento Interno desta Corte de Contas, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, **ressaltando** a remessa intempestiva de documentos referentes aos 1º, 2º e 3º termos aditivos, fato que contraria o disposto na Instrução Normativa nº 35/2011 vigente à época.

Em face ao exposto, com base na análise técnica da Divisão de Fiscalização de Contratação Pública, Parcerias e Convênios do Estado e dos Municípios e acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas,

#### DECIDO:

1. Pela **REGULARIDADE** do procedimento Dispensa de Licitação - Processo Administrativo nº 2131/2014, (1ª Fase), elaborado entre a Prefeitura Municipal de Brasília/MS e a Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos DR/MS, em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais pertinentes à matéria, em especial o art. 120, inciso I, alínea “b”, do Regimento Interno TC/MS;

2. Pela **REGULARIDADE** do instrumento contratual (Contrato nº 224/2014), correspondente à 2ª Fase, em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais pertinentes à matéria, em especial o art. 120, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno TC/MS;

3. Pela **REGULARIDADE** da formalização dos aditamentos (1º, 2º, 3º, 4º e 5º Termos Aditivos) ao Contrato nº 224/2014, nos termos do artigo 120, § 4º, inciso III, do Regimento Interno TC/MS;

4. Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** no valor de 30 (Trinta) UFERMS, de responsabilidade do Sr. **Jorge Justino Diogo** (ex-prefeito municipal), pela **intempestividade** no envio dos documentos a esta Corte de Contas, conforme restou demonstrado nos itens **IV, V.1, VI.1, VIII.1.3, VIII.2.3 e VIII.3.2**, da referida análise e de conformidade com o art. 42, II e IX, art. 44, I, art. 45, I e art. 46, todos da LC nº 160/2012.

5. Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 60 (sessenta) dias para que o responsável acima citado recolha o valor referente à multa junto ao FUNTC, comprovando nos autos no mesmo prazo, conforme o art. 172, I, II e §1º da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013 c/c. o art. 83 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012;

6. Pela **REMESSA** dos autos à respectiva Divisão de Fiscalização de Contratação Pública, Parcerias, Convênios dos Estados e dos Municípios para o encaminhamento das fases posteriores, nos termos regimentais, com base no art. 120, III, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

7. Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

É como decido.

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**

Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5161/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/17565/2015

**PROCOLO:** 1640468

**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PARANAIBA

**JURISDICIONADO E/OU:** MARCELO ALVES DE FREITAS

**INTERESSADO (A):** CLARICE NUNES DE OLIVEIRA

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedidos à servidora **CLARICE NUNES DE OLIVEIRA**, considerado regular pela Divisão De Fiscalização De Atos De Pessoal E Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**

Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 4921/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/18620/2017

**PROCOLO:** 1841874

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO/MS.

**INTERESSADO:** CLEIDIMAR DA SILVA CAMARGO

**CARGO:** PREFEITO MUNICIPAL

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2017.

**PROCEDIM. LICITATÓRIO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017.

**CONTRATADO:** QUALITY SISTEMAS LTDA. - EPP.

**OBJETO CONTRATADO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE SOFTWARE PÚBLICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO /MS.

**VALOR DO OBJETO:** R\$ 156.600,00.  
**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

O presente processo refere-se à análise do procedimento licitatório na modalidade - Pregão Presencial nº 12/2017, a formalização do instrumento contratual - Contrato nº 29/2017 e do aditamento (1º Termo Aditivo), celebrado entre o Município de Rio Negro/MS e a empresa Quality Sistemas Ltda. - EPP., tendo como objeto a contratação de empresa especializada em locação de Software Público, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal.

A equipe técnica da 3ª Inspeção de Controle Externo através da análise ANA-3ICE-25886/2018 (fls. 334/341), opinou pela **regularidade** do procedimento licitatório (Pregão Presencial nº 12/2017), da formalização do instrumento contratual (Contrato nº 29/2017) e do aditamento (1º Termo Aditivo), correspondentes às 1ª e 2ª fases, em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais. Ressalvou a **remessa intempestiva dos documentos** para análise desta Corte de Contas (Superior a 03 meses) ao prazo estabelecido Resolução TCE/MS nº 54/2016, vigente à época.

Por conseguinte, o Ministério Público de Contas em seu Parecer PAR-4ºPRC-7303/2019 (fls. 357/358) opinou pela **regularidade e legalidade** do procedimento licitatório (Pregão Presencial nº 12/2017), da formalização do instrumento contratual (Contrato nº 29/2017) e do aditamento (1º Termo Aditivo), com aplicação de multa ao responsável pela remessa intempestiva de documentos.

É o relatório.

#### DECISÃO

Vieram os autos a está relatoria para análise do procedimento licitatório na modalidade - Pregão Presencial nº 12/2017 (1ª fase), a formalização do instrumento contratual - Contrato nº 29/2017 (2ª fase) e do aditamento (1º termo aditivo) nos termos do artigo 120, I, II e § 4º, III da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O procedimento licitatório na modalidade acima identificada foi formalizado, no âmbito do órgão jurisdicionado, por meio do processo administrativo nº 12/2017, cuja documentação se encontra completa e atende as normas estabelecidas por esta Corte. Saliento a **remessa intempestiva dos documentos** referentes ao procedimento licitatório em epígrafe, contrariando, assim, o prazo previsto na Resolução Normativa nº 54/2016, vigente à época.

No que concerne o Instrumento Contratual - Contrato nº 29/2017, verifica-se que o mesmo encontra-se correto em conformidade com os requisitos estabelecidos nos artigos 54, § 1º, 55, 61 e 62, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como com as normas regentes desta Corte de Contas, e apresenta cláusulas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Através da análise da documentação encaminhada a esta Corte de Contas, no que se refere ao aditamento (1º Termo Aditivo), o mesmo encontram-se em consonância com o Regimento Interno desta Corte de Contas, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Em face ao exposto, com base nas análises técnicas da 3ª Inspeção de Controle Externo e acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO:**

1. Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório na modalidade - Pregão Presencial nº 12/2017, celebrado entre o Município de Rio Negro/MS e a empresa Quality Sistemas Ltda. - EPP., com base no art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o art. 120, I, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2. Pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato nº 29/2017, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, II, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3. Pela **REGULARIDADE** da formalização do aditamento (1º Termo Aditivo) ao Contrato Administrativo nº 29/2017, nos termos do artigo 59, I, da Lei

Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 120, §4º da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

4. Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** no valor de 30 (Trinta) UFERMS, de responsabilidade do Sr. Cleidimar da Silva Camargo (Prefeito Municipal - atual), portador do CPF nº 825.450.811-91, art. 42, II e IX, art. 44, I, art. 45, I e art. 46, todos da LC nº 160/2012 em face da **remessa intempestiva de documentos** para análise desta Corte de Contas.

5. Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 60 (sessenta) dias para que o responsável acima citado recolha o valor referente à multa junto ao FUNTC, comprovando nos autos no mesmo prazo, conforme o art. 172, I, II e §1º da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013 c/c. o art. 83 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012;

6. Pela **REMESSA** dos autos à respectiva Divisão de Fiscalização de Contratação Pública, Parcerias, Convênios dos Estados e dos Municípios para o encaminhamento das fases posteriores, nos termos regimentais, com base no art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

7. Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

É como decido.

Campo Grande/MS, 22 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5072/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/19835/2017

**PROTOCOLO:** 1846145

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** ADEMIR SOARES DA SILVA

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos do pedido de registro de Pensão por Morte concedida a **ADEMIR SOARES DA SILVA**, pensionista da ex-servidora **LUCIA MARIA PORCIUNCULA** considerado regular tal pedido pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Pensão acima identificada.

Publique-se e registre-se.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5166/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/20423/2017

**PROTOCOLO:** 1848197

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** NILCEIA VIEIRA GUIMARAES

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos do pedido de registro de Pensão por Morte concedida a **NILCEIA VIEIRA GUIMARAES**, pensionista do ex-servidor **AYR GUIMARÃES**

**DIAS** considerado regular tal pedido pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Pensão acima identificada.

Publique-se e registre-se.

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5076/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/3777/2018

**PROTOCOLO:** 1896795

**ÓRGÃO:** FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CORUMBÁ

**JURISDICIONADO E/OU:** ALBERTO SABURO KANAYAMA

**INTERESSADO (A):** NEY DE MIRANDA

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos do pedido de registro de Pensão por Morte concedida a **NEY DE MIRANDA**, pensionista da ex-servidora **Marlene Cruz de Miranda** considerado regular tal pedido pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Pensão acima identificada.

Publique-se e registre-se.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5077/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/4604/2018

**PROTOCOLO:** 1901725

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** LIA DE SENA MAKSOUH

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos do pedido de registro de Pensão por Morte concedida a **LIA DE SENA MAKSOUH**, pensionista do ex-servidor **SYRZIL WILSON MAKSOUH** considerado regular tal pedido pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Pensão acima identificada.

Publique-se e registre-se.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 4924/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/4883/2018

**PROTOCOLO:** 1902819

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

**JURISDICIONADO:** JEFERSON LUIZ TOMAZONI

**INTERESSADO:** ELENIR DIAS DE OLIVEIRA GOMES

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Examina-se neste processo o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado celebrado entre o Município de São Gabriel do Oeste e a servidora Elenir Dias de Oliveira Gomes, para ocupar o cargo de Atendente Administrativo.

A equipe técnica ICEAP, seguindo os trâmites regimentais, intimou o responsável para que este enviasse os termos aditivos da contratação, porém a autoridade responsável, Sr. Jeferson Luiz Tomazoni, Prefeito Municipal, não se manifestou a respeito da intimação.

Por meio da Análise ANA- ICEAP – 20904/2018 a equipe técnica sugeriu o Registro da contratação, e Não Registro do I e II Termos Aditivos em razão da falta de documentação exigida pelas normas regimentais desta Corte de Contas.

No mesmo sentido, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer – 2ª PRC – 6649/2019, em que concluiu pelo registro da contratação em apreço, e pelo não registro da prorrogação contratual, diante da ausência dos termos aditivos.

É o relatório.

A contratação foi realizada com base no permissivo contido no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o artigo e 2º da Lei Municipal nº 908/2013.

Do exame procedido na documentação juntada nos autos, que o objetivo da contratação se enquadra na hipótese de admissão prevista na Lei Municipal acima citada, isto é, é motivada diante da necessidade da substituição servidor efetivo afastado das funções do cargo, em razão de licença (art. 2º, III, “b” da Lei Municipal nº 908/2013).

Quanto à prorrogação do contrato, constatou que não foram anexados aos autos os documentos solicitados (termos aditivos), não sendo cumprida a diligência contida no Termo de Intimação, restando configurada a revelia.

Mediante o exposto, e corroborando o entendimento da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas, decido nos seguintes termos:

I - **PELO REGISTRO** à contratação temporária da servidora Elenir Dias de Oliveira Gomes, do Município de São Gabriel do Oeste, com fundamento no art. 34, I, Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012 c/c o art. 10, I, do Regimento Interno TCE/MS.

II – **PELO NÃO REGISTRO** da prorrogação dos termos aditivos da contratação, nos termos do artigo 21, inciso III c/c o artigo 34, inciso I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 e do artigo 174, § 3º, inciso II, alínea “b”, da Resolução Normativa nº 76/2013, devido ao não envio da documentação exigida na Instrução Normativa TC/MS nº 38/2012;

III. **APLICAR MULTA** ao responsável ao responsável, Sr. Jeferson Luiz Tomazoni, CPF 501.677.901-53, Prefeito Municipal à época, no valor de 50 (cinquenta) UFERSMS, nos termos do artigo 44, inciso I e artigo 45, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 170, da Resolução Normativa nº 076/2013, devido ao não envio dos documentos exigidos na Instrução Normativa nº 38/2012;

IV. **CONCEDER PRAZO REGIMENTAL**, para que o responsável citado acima comprove o recolhimento da multa imposta junto ao Fundo Especial de

Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul – FUNTC, conforme o estabelecido no artigo 83, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o artigo 172, § 1º, incisos I e II, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, sob pena de execução;

V - **COMUNICAR** o resultado deste julgamento aos interessados nos termos do artigo 50, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 94 da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande/MS, 22 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5180/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/4889/2018

**PROTOCOLO:** 1902844

**ÓRGÃO:** FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

**ORDENADOR DE DESPESAS:** DULCINEIA APARECIDA MUNHOZ VAL

**CARGO DO ORDENADOR:** PRESIDENTE

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO

**VALOR:** R\$ 195.036,00

**RELATOR (A):** Cons. JERSON DOMINGOS

Versam os autos sobre o exame do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 002/2018 e da formalização do Contrato nº 004/2018 (1ª e 2ª fases), celebrado entre a Fundação De Saúde Pública Do Município De São Gabriel Do Oeste e a empresa UNIC – Unidade Campo-Grandense De Diagnósticos Avançados Ltda, visando contratação de empresa para realização de exames de diagnóstico por imagem (Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética).

Em análise conclusiva, “ANA-3ICE-16653/2018”, a equipe técnica da 3ª Inspeção de Controle Externo constatou a regularidade do procedimento licitatório (Pregão Presencial nº. 002/2018), do instrumento contratual (Contrato nº 004/2018), correspondentes à 1ª e 2ª fases, em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais.

Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, este acolheu a manifestação do corpo técnico, e exarou o Parecer “PAR-2ªPRC-7062/2019”, opinando pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório, da formalização contratual, por estarem em conformidade com a legislação pertinente.

**É o relatório.**

**Passo a decidir.**

Inicialmente, cumpre esclarecer que o mérito da questão repousa na apreciação do procedimento licitatório - Pregão Presencial nº. 002/2018, da formalização do Contrato nº 004/2018, nos termos dos artigos 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 e do artigo 120, incisos I e II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas nº 76/2013.

Da análise dos autos, o procedimento licitatório Pregão Presencial nº. 002/2018 encontra-se regular com base na Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na Resolução TC/MS nº 54/2016.

O Contrato nº 004/2018 estabelece com clareza as condições para a sua execução e apresenta cláusulas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, consoante disposto pelos artigos 54, parágrafo 1º, 55 e 61, da Lei Geral de Licitações e Contratos, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como com as normas regentes deste Tribunal de Contas.

Por todo o exposto, acolho a conclusão da Análise da 3ª Inspeção de Controle Externo e o r. Parecer exarado pelo Ministério Público de Contas, e **DECIDO:**

I – Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 002/2018, celebrado entre a Fundação De Saúde Pública Do

Município De São Gabriel Do Oeste e a empresa UNIC – Unidade Campo-Grandense De Diagnósticos Avançados Ltda, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, I, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato nº 004/2018, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, II da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

III - pela **REMESSA** dos autos à Divisão de Fiscalização de Contratação Pública, Parcerias, Convênios do Estado e dos Municípios para subsidiar a análise das respectivas contratações, e demais providências;

IV - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado desta Decisão aos interessados, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5096/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/4940/2018

**PROTOCOLO:** 1902964

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DE CAMPO GRANDE

**ORDENADOR DE DESPESAS:** PAULO FERNANDO GARCIA CARDOSO

**CARGO DO ORDENADOR:** DIRETOR PRESIDENTE

**TIPO DE PROCESSO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO

**VALOR:** R\$ 157.996,00

**RELATOR (A):** Cons. JERSON DOMINGOS

Versam os autos sobre o exame do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº. 231/2017 e da formalização do Contrato nº 11-A / 2018 (1ª e 2ª fases), celebrado entre a Agência Municipal de Tecnologia da Informação e Inovação - AGETEC e a empresa VETT Via Express Tecnologia E Telecomunicações Ltda. – ME, tendo por objeto aquisição de serviços de comunicação de dados na modalidade terrestre de intranet e internet.

Em análise realizada, “ANA-3ICE-17461/2018”, a equipe técnica da 3ª Inspeção de Controle Externo constatou a regularidade do procedimento licitatório (Pregão Eletrônico nº. 231/2017), do instrumento contratual (Contrato nº 11-A / 2018), correspondentes à 1ª e 2ª fases.

Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, este acolheu a manifestação do corpo técnico, e exarou o Parecer nº 7064/2019, opinando pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório, da formalização contratual.

**É o relatório.**

Inicialmente, cumpre esclarecer que o mérito da questão repousa na apreciação do procedimento licitatório - Pregão Eletrônico, da formalização do Contrato, nos termos dos artigos 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 e do artigo 120, incisos I e II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas nº 76/2013.

Da análise dos autos, o procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº. 231/2017 encontra-se regular com base na Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na Resolução TC/MS nº 54/2016 e em outros textos legais que regem a matéria.

O Contrato nº 11-A / 2018 estabelece com clareza as condições para a sua execução e apresenta cláusulas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, consoante disposto pelos artigos 54, parágrafo 1º, 55 e 61, da Lei Geral de Licitações e Contratos, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como com as normas regentes deste Tribunal de Contas.

Por todo o exposto, acolho a conclusão da Análise da 3ª Inspeção de Controle Externo e o r. Parecer exarado pelo Ministério Público de Contas, e **DECIDO:**

I – Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº. 231/2017, celebrado entre a Agência Municipal de Tecnologia da Informação e Inovação - AGETEC e a empresa VETT Via Express Tecnologia E Telecomunicações Ltda. – ME, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, I, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato nº 11-A / 2018, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, II da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

III – pela **REMESSA** dos autos à Divisão de Fiscalização de Contratação Pública, Parcerias, Convênios do Estado e dos Municípios para subsidiar a análise das respectivas contratações, e demais providências;

IV - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado desta Decisão aos interessados, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5257/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5465/2018

**PROTOCOLO:** 1905219

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** LEONARDO PEDRO OLIVEIRA HADDAD

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro da Refixação de Proventos de Pensão por morte concedida ao dependente **LEONARDO PEDRO OLIVEIRA HADDAD** do ex-servidor **SIMÃO PEDRO MONTEIRO HADDAD** considerado regular pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012, c.c. os arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Refixação de Proventos de Pensão por Morte acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 26 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5068/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5478/2018

**PROTOCOLO:** 1905277

**ÓRGÃO:** INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ANTÔNIO JOÃO

**JURISDICIONADO E/OU:** DENIZE APARECIDA PEREIRA RIOS ARAUJO

**INTERESSADO (A):** BERNARDINA JARA FERNANDES

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos proporcionais, concedidos a servidora **BERNARDINA JARA FERNANDES**, considerados regulares pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5083/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/549/2017

**PROTOCOLO:** 1775952

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** ORLANDA ALMIRÃO NANTES

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do registro da transferência, a pedido, para a Reserva Remunerada concedida ao 1º Sargento PM **ORLANDA ALMIRÃO NANTES**, considerado regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, c.c. os artigos 9º e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Reforma **a pedido** acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5017/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5615/2017

**PROTOCOLO:** 1792901

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** FERNANDO ALCARA CARAMALAC

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida ao servidor **FERNANDO ALCARA CARAMALAC**, considerado regular pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5168/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5636/2018

**PROCOLO:** 1905647

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** ANDRE RICARDO MIGUEL - CHRISTIAN AUGUSTO MIGUEL - CYNTHIA VIVIANE TORRACA AUGUSTO

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos do pedido de registro de Pensão por Morte concedida a **ANDRE RICARDO MIGUEL, CHRISTIAN AUGUSTO MIGUEL e CYNTHIA VIVIANE TORRACA AUGUSTO**, pensionista do ex-servidor **WILSON RICARDO MIGUEL** considerado regular tal pedido pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Pensão acima identificada.

Publique-se e registre-se.

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5087/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5986/2017

**PROCOLO:** 1798473

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** JOSITO RAIMUNDO SOBRINHO

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do registro da transferência, a pedido, para a Reserva Remunerada concedida ao Subtenente PM **JOSITO RAIMUNDO SOBRINHO**, considerado regular pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, c.c. os artigos 9º e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Reforma **a pedido** acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5169/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5995/2018

**PROCOLO:** 1906505

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** LIBANIA LOPES MASSI

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos do pedido de registro de Pensão por Morte concedida a **LIBANIA LOPES MASSI**, pensionista do ex-servidor **ESIO MASSI JUNIOR** considerado regular tal pedido pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Pensão acima identificada.

Publique-se e registre-se.

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5171/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6246/2018

**PROCOLO:** 1907066

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** CARMELINA DE SOUZA PASSOS

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos do pedido de registro de Pensão por Morte concedida a **CARMELINA DE SOUZA PASSOS**, pensionista do ex-servidor **PAULO AFONSO SOUZA PASSOS** considerado regular tal pedido pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Pensão acima identificada.

Publique-se e registre-se.

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5019/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6299/2017

**PROCOLO:** 1798539

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** IVANI DIAS PASSOS

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedidos à servidora **IVANI DIAS PASSOS**, considerado regular pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5023/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6342/2017  
**PROTOCOLO:** 1800866  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** SEBASTIANA DONIZETTI DE OLIVEIRA MAGNES  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos proporcionais, concedidos à servidora **SEBASTIANA DONIZETTI DE OLIVEIRA MAGNES**, considerado regular pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5163/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6359/2017  
**PROTOCOLO:** 1800927  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** JOSEFA CAETANO DE ABREU  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedidos à servidora **JOSEFA CAETANO DE ABREU**, considerado regular pela Divisão De Fiscalização De Atos De Pessoal E Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5150/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6366/2018  
**PROTOCOLO:** 1907573  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE DE CAMPO GRANDE/MS  
**ORDENADOR:** JANINI DE LIMA BRUNO  
**CARGO:** DIRETOR PRESIDENTE  
**CONTRATADO:** KPS CALUX COMÉRCIO E SERVIÇOS-EPP.  
**TIPO DE PROCESSO:** EMPENHO Nº 101/2018  
**PROCEDIMENTO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 223/2017.  
**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE CHAPAS METÁLICAS PARA CONFECÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO FORMULÁRIO DE PROPOSTA, QUANTIDADE E PREÇOS

MAXIMOS (ANEXO V) E DEMAIS ANEXOS, PARTE INTEGRANTE NO ATO CONVOCATÓRIO.

**VALOR:** R\$ 100.920,00.

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

Versam os autos sobre a análise do procedimento licitatório - Pregão Eletrônico nº 223/2017, a formalização do instrumento substitutivo (Nota de Empenho nº 101/2018) e a respectiva execução financeira, celebrado entre a Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande/MS (AGETRAM-MS) e a empresa KPS Calux Comércio e Serviços-EPP, tendo como objeto a aquisição de chapas metálicas para confecção de placas de sinalização vertical, em conformidade com as especificações constantes do Formulário de Proposta, Quantidades e Preços Máximos (ANEXOS V) e demais Anexos, parte integrante do ato convocatório.

A equipe técnica da 3ª Inspeção de Controle Externo, através da análise ANA-3ICE-18438/2018 (peça nº 22, fls. 01/09), opinou pela **regularidade** do procedimento licitatório - Pregão Eletrônico nº 223/2017, do instrumento contratual substitutivo (Nota de Empenho nº 101/2018) e da sua execução financeira (1ª, 2ª e 3ª fases).

Por conseguinte, o Ministério Público de Contas através do parecer PAR-2ªPRC-7279/2019 (peça nº 23, fl. 01) manifestou-se nos seguintes termos:

“Pelo que dos autos consta e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas, com fulcro no inciso I, artigo 18 da Lei Complementar Estadual sob o n. 160/2012, conclui pela **legalidade e regularidade do procedimento licitatório, da formalização e execução da contratação em apreço**, nos termos do art. 120, I, II e III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013, vigente à época.”

É o relatório.

**DECISÃO**

Vieram os autos a está relatoria para análise do procedimento Licitatório especificado no relatório acima, bem como do instrumento contratual substitutivo e execução financeira do instrumento contratual, nos termos do artigo 120, I, “a”, II e III da Resolução Normativa nº 76/2013.

O procedimento licitatório - Pregão Eletrônico foi formalizado, no âmbito do órgão jurisdicionado, por meio do Processo Administrativo nº 80276/2017-21, cuja documentação, encontra-se completa de acordo com as normas estabelecidas na Resolução Normativa TC/MS nº 54/2016 e atende as exigências legais pertinentes à matéria em conformidade a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

O instrumento contratual substitutivo celebrado entre as partes foi a nota de empenho nº 101/2018, aplicável no presente caso e formalizado em observância aos requisitos estabelecidos nos artigos 54, § 1º, 55, 61 e 62 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como com as normas regentes deste Tribunal de Contas e apresenta cláusulas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Em relação à execução financeira da contratação, nos termos da análise técnica, a mesma, encontra-se da seguinte forma:

Especificação	Valor R\$
Valor inicial da contratação	100.920,00
Notas de Empenho	100.920,00
<b>Empenhos Válidos</b>	<b>100.920,00</b>
<b>Comprovantes Fiscais</b>	<b>100.920,00</b>
<b>Pagamentos</b>	<b>100.920,00</b>

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64 e com as determinações contidas na legislação regente.

Ante o exposto, acompanho o entendimento da 3ª Inspeção de Controle Externo e do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

1. Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 223/2017, correspondente a 1ª fase, celebrado entre a Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande/MS (AGETRAM/MS) e a empresa KPS COMÉRCIO E SERVIÇOS-EPP, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, I, "a" da Resolução Normativa nº 76/2013;

2. Pela **REGULARIDADE** da formalização do instrumento contratual substitutivo (Nota de Empenho nº 101/2018), correspondente à 2ª fase, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, II, da Resolução Normativa nº 76/2013;

3. Pela **REGULARIDADE** da execução financeira do contrato em epígrafe, correspondente à 3ª fase, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 120, III da Resolução Normativa nº 76/2013.

4. Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado da decisão ao interessado, em conformidade com o art. 50, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013 para decisão singular.

É como decido.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5238/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6405/2018

**PROTOCOLO:** 1907681

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

**ORDENADOR DE DESPESAS:** DELANO DE OLIVEIRA HUBER

**CARGO DO ORDENADOR:** PREFEITO MUNICIPAL

**TIPO DE PROCESSO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 10/2018

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2018

**OBJETO CONTRATADO:** AQUISIÇÃO DE KITS DE CESTAS BÁSICAS EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**VALOR CONTRATADO:** R\$ 221.345,00

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

Trata o presente processo do procedimento licitatório (Pregão Presencial n.º 18/2018) do sistema de registro de preço, que deu origem à Ata de Registro de Preços n.º 10/2018 (peça n.º 30), celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ** e as empresas abaixo elencadas:

Nº	Empresa	Valor (R\$)
01	FORTHE LUX COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA - ME	68.705,00
02	DJE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI-ME	152.640,00
<b>Total</b>		<b>221.345,00</b>

O objeto contratado refere-se à aquisição de kits de cestas básicas em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social.

A 3ª Inspeção de Controle Externo emitiu a análise ANA - 3ICE - 25348/2018 (peça n.º 35), manifestando-se pela **regularidade** do procedimento licitatório (Pregão Presencial n.º 18/2018) e da formalização da Ata de Registro de Preços n.º 10/2018, correspondente à 1ª fase, em razão da observância aos preceitos legais pertinentes à matéria e normas regimentais, em especial o art. 120, I, "a", do RITC/MS.

O Ministério Público de Contas em seu parecer PAR - 2ºPRC - 6795/2019 (peça n.º 36), concluiu pela **regularidade** do Procedimento Licitatório (Pregão Presencial n.º 18/2018) e da formalização da Ata de Registro de Preços n.º 10/2018, nos termos do art. 120, I c/c art. 122, II, ambos do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa n.º 76/2013.

É o relatório.

**RAZÕES DA DECISÃO**

Compulsando os autos, verificamos que o procedimento licitatório e a formalização da Ata de Registro de Preços supramencionados, foram devidamente instruídos e seguem as normas estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/93, bem como, na Resolução TC/MS n.º 054/2016.

Desta forma não havendo óbice de ordem legal ou regimental, **DECIDO:**

I - Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório (Pregão Presencial n.º 18/2018), do sistema de registro de preço, que deu origem à Ata de Registro de Preços n.º 10/2018, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ** e as empresas acima descritas, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012 c/c o art. 120, Caput, I, "a", do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 76/2013;

II - Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 76/2013;

III - Após as providências previstas no art. 70, § 2º, do Regimento Interno, sejam os autos remetidos à Divisão de Fiscalização de Contratação Pública, Parcerias, Convênios do Estado e dos Municípios, nos termos do art. 120, II e III da RNTC/MS n.º 76/2013 c/c o art. 4, §Ú, da Orientação Técnica Interna n.º 03/2010.

É como **DECIDO**.

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5027/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6482/2017

**PROTOCOLO:** 1802836

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** IVANIO ANTÔNIO DE ALMEIDA NOGUEIRA

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida ao servidor **IVANIO ANTÔNIO DE ALMEIDA NOGUEIRA**, considerado regular pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5089/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6494/2017

**PROTOCOLO:** 1802818

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** ANTONIO DA SILVA ALENCAR

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS



Tratam os autos em apreço do registro da transferência, a pedido, para a Reserva Remunerada concedida ao 3º Sargento PM **ANTONIO DA SILVA ALENCAR**, considerado regular pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, c.c. os artigos 9º e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Reforma **a pedido** acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5065/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6652/2017

**PROTOCOLO:** 1800887

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** ANTONIO JOAO XAVIER

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida ao servidor **ANTONIO JOAO XAVIER**, considerado regular pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5090/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6679/2017

**PROTOCOLO:** 1800920

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** SEVERINO MORATO DE MOURA

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do registro da transferência, a pedido, para a Reserva Remunerada concedida ao 3º Sargento PM **SEVERINO MORATO DE MOURA**, considerado regular pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, c.c. os artigos 9º e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Reforma **a pedido** acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5050/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/7049/2018

**PROTOCOLO:** 1911504

**ÓRGÃO:** FUNDO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE/MS

**INTERESSADO:** JEFERSON LUIZ TOMAZONI

**CARGO:** PREFEITO MUNICIPAL

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2018

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018

**CONTRATADO:** COMÉRCIO DE ALIMENTOS SÃO GABRIEL LTDA

**OBJETO CONTRATADO:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM UTILIZADOS NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2018 EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE SÃO GABRIEL DO OESTE/MS.

**VALOR DO OBJETO:** R\$ 187.646,80.

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

O presente processo refere-se à análise do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 031/2018 e a formalização do Contrato nº 101/2018, celebrado entre o Fundo de Educação Municipal de São Gabriel do Oeste/MS e a empresa Comércio de Alimentos São Gabriel Ltda., tendo como objeto a aquisição de gêneros alimentícios para serem utilizados no Programa de Alimentação Escolar para o ano letivo de 2018 em atendimento a Secretaria Municipal de educação, Cultura e Desporto de São Gabriel do Oeste/MS.

A equipe técnica da 3ª ICE, ao analisar a documentação encaminhada (ANA - 3ICE - 19894/2018), manifestou-se pela **regularidade** do procedimento licitatório (Pregão Presencial nº 031/2018) e do instrumento contratual (Contrato nº 101/2018), correspondente à 1ª e 2ª fases em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais.

Por conseguinte, o Ministério Público de Contas através do parecer PAR-4ªPRC-7080/2019 (peça nº 31, fl. 01) manifestou-se nos seguintes termos:

“Pelo que dos autos consta e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas, com fulcro no inciso I, artigo 18 da Lei Complementar Estadual sob o n. 160/2012, conclui pela **legalidade** e **regularidade** do procedimento licitatório e da formalização do contrato em apreço, nos termos do art. 120, I e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013, vigente à época.”

É o relatório.

**DECISÃO**

Vieram os autos a esta relatoria para análise do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 031/2018 (1ª fase) e formalização do contrato nº 101/2018 (2ª fase), nos termos do artigo 120, I e II da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O procedimento licitatório na modalidade acima identificada foi formalizado, no âmbito do órgão jurisdicionado, por meio do processo administrativo nº 1530/2017, cuja documentação se encontra completa e atende as normas estabelecidas por esta Corte.

No que concerne ao Instrumento Contratual – Contrato nº 101/2018, verifica-se que o mesmo encontra-se correto em conformidade com os requisitos estabelecidos nos artigos 54, parágrafo 1º, 55, 61 e 62, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como com as normas regentes desta Corte de Contas e apresenta cláusulas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Ante o exposto, considerando a Análise elaborada pela Equipe Técnica da 3ª Inspetoria de Controle Externo, e acolhendo o Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, **DECIDO:**

1. Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 031/2018, celebrado entre o Fundo de Educação Municipal de São Gabriel do Oeste/MS a empresa Comércio de Alimentos São Gabriel Ltda., com base no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, c/c o art. 120, I, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;
2. Pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato nº 101/2018, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, II, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;
3. Pela **RECOMENDAÇÃO** ao jurisdicionado para que observe, com maior rigor, os prazos para a remessa obrigatória de documentos a esta Corte de Contas;
4. Após o Julgamento remeta-se os autos Divisão de Fiscalização de Educação, para acompanhamento da Execução do Objeto (3ª Fase), com fulcro no Artigo 120, Inciso III da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;
5. Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

É como decido

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5243/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/7348/2018

**PROTOCOLO:** 1913860

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE CAMPO GRANDE/MS

**ORDENADOR:** JANINI DE LIMA BRUNO

**CARGO:** DIRETOR PRESIDENTE

**CONTRATADO:** RPR CRIAÇÕES GRÁFICAS LTDA-ME.

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO Nº 06/2018/AGETTRAN

**PROCEDIMENTO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 256/2017.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E ACABAMENTO NO SISTEMA LASER OFF-SET, TAIS COMO NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÕES, PENALIDADES, RELATÓRIOS E CORRESPONDÊNCIAS, INCLUINDO O AUTO ENVELOPAMENTO, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO-AGETTRAN/MS.

**VALOR:** R\$ 192.498,24.

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

Versam os autos sobre a análise do procedimento licitatório - Pregão Eletrônico nº 256/2017, e a formalização do instrumento contratual (Contrato nº 06/2018/AGETTRAN), celebrado entre a Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande/MS (AGETTRAN-MS) e a empresa RPR CRIAÇÕES GRÁFICAS LTDA-ME, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de impressão de documentos e acabamentos no sistema *laser off-set*, tais como notificações de autuações, penalidades, relatórios e correspondências, incluindo o auto envelopamento, com o objetivo de atender às necessidades da Agência Municipal de Transporte e Trânsito-AGETTRAN/MS.

A equipe técnica da 3ª Inspeção de Controle Externo, através da análise ANA-3ICE-23015/2018 (peça nº 23, fls. 01/06), opinou pela **regularidade** do procedimento licitatório - Pregão Eletrônico nº 256/2017 e do instrumento contratual (Contrato nº 06/2018/AGETTRAN) (1ª e 2ª fases).

Por conseguinte, o Ministério Público de Contas através do parecer PAR-2ªPRC-7060/2019 (peça nº 24, fl. 01) manifestou-se nos seguintes termos:

“Pelo que dos autos consta e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas, com fulcro no inciso I, artigo 18 da Lei Complementar Estadual sob o n. 160/2012, conclui pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório e da formalização do contrato em

apreço, nos termos do art. 120, I e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013, vigente à época.”

É o relatório.

#### DECISÃO

Vieram os autos a está relatoria para análise do procedimento Licitatório especificado no relatório acima, bem como do instrumento contratual, nos termos do artigo 120, I, “a” e II da Resolução Normativa nº 76/2013.

O procedimento licitatório - Pregão Eletrônico nº 256/2017 foi formalizado, no âmbito do órgão jurisdicionado, por meio do Processo Administrativo nº 77.398/2017-30, cuja documentação, encontra-se completa de acordo com as normas estabelecidas na Resolução Normativa TC/MS nº 54/2016 e atende as exigências legais pertinentes à matéria em conformidade a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

O instrumento contratual celebrado entre as partes foi o Contrato nº 06/2018/AGETTRAN, aplicável no presente caso e formalizado em observância aos requisitos estabelecidos nos artigos 54, § 1º, 55, 61 e 62 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como com as normas regentes deste Tribunal de Contas e apresenta cláusulas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Ante o exposto, acompanho o entendimento da 3ª Inspeção de Controle Externo e do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

1. Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 256/2017, correspondente a 1ª fase, celebrado entre a Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande/MS (AGETTRAN/MS) e a empresa RPR CRIAÇÕES GRÁFICAS LTDA-ME, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, I, “a” da Resolução Normativa nº 76/2013;

2. Pela **REGULARIDADE** da formalização do instrumento contratual (Contrato nº 06/2018/AGETTRAN), correspondente à 2ª fase, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, II, da Resolução Normativa nº 76/2013;

3. Após o Julgamento remeta-se os autos Divisão de Fiscalização de Contratação Pública, Parcerias, Convênios do Estado e dos Municípios, para acompanhamento da Execução do Objeto (3ª Fase), com fulcro no Artigo 120, Inciso III da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

4. Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado da decisão ao interessado, em conformidade com o art. 50, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013 para decisão singular.

É como decido.

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5173/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/7737/2018

**PROTOCOLO:** 1915717

**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAARAPÓ-MS

**JURISDICIONADO E/OU:** AIRTON CARLOS LARSEN

**INTERESSADO (A):** RITA TARGINA DA CRUZ SIL VA

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos do pedido de registro de Pensão por Morte concedida a **RITA TARGINA DA CRUZ SIL VA**, pensionista do ex-servidor **MANOEL PEREIRA DA SILVA** considerado regular tal pedido pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Pensão acima identificada.

Publique-se e registre-se.

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5069/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/793/2018

**PROTOCOLO:** 1883656

**ÓRGÃO:** INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ANTÔNIO JOÃO

**JURISDICIONADO E/OU:** DENIZE APARECIDA PEREIRA RIOS ARAUJO

**INTERESSADO (A):** MARILIA DIAS MONTE

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedidos a servidora **MARILIA DIAS MONTE**, considerados regulares pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5067/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/8022/2017

**PROTOCOLO:** 1790497

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** CLARICE DE ASSIS MORAIS

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida a servidora **CLARICE DE ASSIS MORAIS**, considerado regular pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.  
Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 4983/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/8195/2018

**PROTOCOLO:** 1918490

**ÓRGÃO:** FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO GABRIEL DO OESTE/MS

**INTERESSADO (A):** DULCINÉIA APARECIDA MUNHOZ VAL.

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2018.

**PROCEDIM. LICITATÓRIO:** CONVITE Nº 05/2018.

**CONTRATADO:** WELTEN COMERCIAL LTDA.

**OBJETO CONTRATADO:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA LAVANDERIA DO HOSPITAL MUNICIPAL JOSÉ VALDIR ANTUNES DE OLIVEIRA, VISANDO ATENDER A FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA.

**VALOR DO OBJETO:** R\$ 71.296,00.

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

O presente processo refere-se à análise do procedimento licitatório na modalidade - Convite nº 05/2018 e a formalização do instrumento contratual (Contrato nº 14/2018), celebrado entre o Município de São Gabriel do Oeste/MS, por intermédio da Fundação de Saúde Pública e a empresa Welten Comercial Ltda., tendo como objeto a aquisição de produtos para lavanderia do Hospital Municipal José Valdir Antunes de Oliveira, visando atender a Fundação de Saúde Pública.

A equipe técnica da 3ª Inspeção de Controle Externo através da análise ANA-3ICE-22720/2018 (fls. 290/295), opinou pela **regularidade** do procedimento licitatório (Convite nº 05/2018) e do instrumento contratual (Contrato nº 14/2018), correspondentes a 1ª e 2ª fases, em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais.

Por conseguinte o Ministério Público de Contas em seu Parecer nº 7046/2019 (fl. 296) opinou nos seguintes termos:

“Pelo que dos autos consta e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas, com fulcro no inciso I, artigo 18 da Lei Complementar Estadual sob o n. 160/2012, conclui pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório e da formalização do contrato em apreço, nos termos do art. 120, I e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013, vigente à época.”

É o relatório.

#### DECISÃO

Vieram os autos a esta relatoria para análise do procedimento licitatório na modalidade - Convite nº 05/2018 (1ª fase) e a formalização do instrumento contratual - Contrato nº 14/2018 (2ª fase) nos termos do artigo 120, I, “a” e II da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O procedimento licitatório na modalidade acima identificada foi formalizado, no âmbito do órgão jurisdicionado, por meio do Processo Administrativo nº 2258/2018, cuja documentação se encontra completa e atende aos requisitos da Lei nº 8.666/93 e alterações, bem como as normas estabelecidas no Anexo VI, item 2.1, letra A, da Resolução TCE/MS nº 54/2016.

No que concerne o instrumento contratual (Contrato nº 14/2018), celebrado entre as partes, verifica-se que o mesmo encontra-se correto e em conformidade com os requisitos estabelecidos nos arts. 54, § 1º, 55, 61 e 62, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e também o art. 58 da Lei 4.320/64 e apresenta as cláusulas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, bem como está em concordância com as normas regentes deste Tribunal de Contas,

Ante o exposto, acompanho o entendimento da 3ª Inspeção de Controle Externo e do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

1. Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório na modalidade - Convite nº 05/2018, celebrado entre a Fundação de Saúde Pública de São Gabriel do Oeste/MS e a empresa Welten Comercial Ltda., com base no art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o art. 120, I, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2. Pela **REGULARIDADE** da formalização do instrumento contratual (Contrato nº 14/2018), correspondente à 2ª fase, nos termos do art. 59, I da Lei

Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, II, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3. Pela **REMESSA** dos autos à Divisão de Fiscalização de Saúde para o encaminhamento das fases posteriores, nos termos regimentais, com base no art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

4. Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

É como decido.

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2019.

**Cons. Jerson domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5078/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/8208/2018

**PROTOCOLO:** 1918547

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** FAUSTA ALVES FEITOZA COAM

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos do pedido de registro de Pensão por Morte concedida a **FAUSTA ALVES FEITOZA COAM**, pensionista do ex-servidor **Mario Luiz Coam** considerado regular tal pedido pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Pensão acima identificada.

Publique-se e registre-se.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 4993/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/8258/2015

**PROTOCOLO:** 1595652

**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COSTA RICA/MS.

**INTERESSADOS (A):** 1.ADRIANA MAURA MASET TOBAL – 2. WALDELI DOS SANTOS ROSA

**CARGOS:** 1. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE – 2. PREFEITO MUNICIPAL

**PROCEDIMENTO:** DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 174/2015.

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 2809/2015.

**CONTRATADO:** FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP.

**OBJETO CONTRATADO:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

**VALOR CONTRATUAL:** R\$ 173.130,00.

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

O presente processo refere-se à análise da execução financeira (3ª fase) do Contrato de Fornecimento nº 2809/2015, originário do procedimento - Dispensa de Licitação (Processo Administrativo nº 174/2015), celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Costa Rica/MS e a Fundação para o Remédio Popular - FURP., tendo como objeto a aquisição de medicamentos.

A equipe técnica da 3ª Inspeção de Controle Externo emitiu a análise nº 22589/2018 (fls. 178/182) opinando pela **regularidade** da execução financeira (3ª fase), em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais.

Por conseguinte, o Ministério Público de Contas através do parecer PAR-2ªPRC-6964/2019 (fl. 183) manifestou-se nos seguintes termos:

“Pelo que dos autos consta e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas, com fulcro no inciso I, artigo 18 da Lei Complementar Estadual sob o n. 160/2012, conclui pela **regularidade da execução do contrato em apreço**, nos termos do art. 120, III e suas alíneas, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013, vigente à época.”

É o relatório.

**DECISÃO**

Vieram os autos a está relatoria para a análise da execução financeira (3ª fase) ao Contrato de Fornecimento nº 2809/2015, nos termos do art. 120, III, da Resolução Normativa nº 76/2013.

Cumpra salientar que o procedimento licitatório (1ª fase) e a formalização do instrumento contratual (2ª fase) em epígrafe, foram julgados através da Deliberação AC01 - 1905/2016 (fls. 173/175), cujo resultado foi pela **regularidade** de ambos os atos administrativos.

Em relação à execução financeira da contratação, nos termos da análise técnica, a mesma, encontra-se nos seguintes termos:

Especificação	Valor R\$
Valor da contratação	173.130,00
Empenhos Emitidos	173.130,00
Anulação de Empenhos	(-) 118.258,00
<b>Empenhos Válidos</b>	<b>54.872,00</b>
<b>Comprovantes Fiscais</b>	<b>54.872,00</b>
<b>Pagamentos</b>	<b>54.872,00</b>

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64 e com as determinações contidas na legislação regente.

Ante o exposto, após a análise da 3ª Inspeção de Controle Externo e o parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

1. Pela **REGULARIDADE** da execução financeira (3ª fase) do contrato em epígrafe, com fulcro no art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 e art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2. Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado desta Decisão aos interessados, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c art. 70, § 2º da Resolução Normativa nº 76/2013.

É como decido.

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2019.

**Cons. Jerson domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5014/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/857/2017

**PROTOCOLO:** 1777757

**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CHAPADÃO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** AGNES MARLI MAIER SCHEER MILER

**INTERESSADO (A):** FÁTIMA VIEIRA RAMOS DA SILVA

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria por Invalidez concedida a servidora **FÁTIMA VIEIRA RAMOS DA SILVA**, considerado regular pela Divisão De Fiscalização De Atos De Pessoal E Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria por Invalidez acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5015/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/8634/2013

**PROTOCOLO:** 1419288

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA

**JURISDICIONADO:** YURI PEIXOTO BARBOSA VALEIS

**CARGO:** EX-PREFEITO MUNICIPAL

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2013

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2013

**CONTRATADO:** CARMEN BENTO BATISTA – ME

**OBJETO CONTRATADO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA ATENDER AS GERÊNCIAS MUNICIPAIS, ETC

**VALOR DO OBJETO:** R\$ 36.035,36.

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Trata o presente processo da formalização do Contrato nº 050/2013, oriundo da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 024/2013, dos 1º e 2º Termos Aditivos e de sua execução financeira, celebrado entre o Município de Sonora/MS e a empresa Carmen Bento Batista - ME, tendo como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de materiais de limpeza, higiene e utensílios domésticos para atender as gerências municipais, etc.

A 3ª ICE, em sua análise nº 22669/2018 (peça nº 30 - fls. 1180/1197) manifestou-se pela **regularidade** da formalização do instrumento contratual (Contrato nº 050/2013), dos aditamentos (1º e 2º Termos Aditivos) e de sua execução financeira (3ª Fase), em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais, ressaltando o descumprimento de prazo por parte do senhor Yuri Peixoto Barbosa Valeis, demonstrado nos Itens V.2, VIII.1.3 e VIII.2.3.

Por conseguinte, o Ministério Público de Contas emitiu parecer PAR – 2ª PRC 7341/2019 (peça nº 31 - fls. 1198/1199), exarando sua posição pela **ilegalidade e irregularidade** da formalização contratual, da formalização dos 1º e 2º termos aditivos e da execução financeira do contrato Administrativo nº 50/2013, bem como **imposição de multa** ao responsável pela administração, à época, por encaminhar a esta Corte de Contas, de forma **intempestiva**, documentos relativos a alterações contratuais, deixando de cumprir determinações (prazos), estabelecidas na instrução normativa TC/MS nº 35/2011, vigente à época.

É o relatório.

**DECISÃO**

Cumpra salientar primeiramente que o procedimento licitatório que originou o instrumento contratual em análise foi julgado por esta Corte de Contas através da Deliberação AC 01 – 0714/2016, constante no processo TC/MS 8637/2013, cujo resultado foi pela sua **irregularidade e ilegalidade**.

De posse dos autos, passo a analisar a formalização do instrumento contratual (Contrato nº 050/2013), dos 1º e 2º Termos Aditivos e execução financeira do instrumento em tela, nos termos do artigo 120, II, III e § 4º, I e II da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O Instrumento Contratual nº 050/2013 e os 1º e 2º Termos Aditivos, oriundos da licitação na modalidade descrita, encontram-se corretos, devido ao fato de atenderem as determinações estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas

alterações posteriores, além do que, também atendem as determinações regimentais desta Corte.

Em relação à execução financeira da contratação, nos termos da análise técnica, a mesma, encontra-se nos seguintes termos:

<b>Especificação</b>	<b>Valor R\$</b>
Valor inicial da contratação	36.035,36
Valor do Aditamento (1º Termo Aditivo)	1.147,94
Valor do Aditamento (2º Termo aditivo)	9.008,57
Valor final da contratação	46.191,87
Empenhos Emitidos	53.839,80
Anulação de Empenhos	(-) 15.302,96
<b>Empenhos validos</b>	<b>38.536,84</b>
<b>Comprovantes Fiscais</b>	<b>38.536,84</b>
<b>Pagamentos</b>	<b>38.536,84</b>

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64 e com as determinações contidas na legislação regente.

Ante o exposto, acompanho o entendimento da 3ª Inspeção de Controle Externo e

**DECIDO:**

1. Pela **REGULARIDADE** da formalização do instrumento contratual (Contrato nº 050/2013), correspondente à 2ª fase, em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais pertinentes à matéria, em especial o art. 120, inciso II, do Regimento Interno do TC/MS;
2. Pela **REGULARIDADE** da formalização dos aditamentos (1º e 2º Termos Aditivos) ao contrato em epígrafe, nos termos do art. 120, § 4º, inciso III, do Regimento Interno do TC/MS;
3. Pela **REGULARIDADE** da execução financeira (3ª fase) do contrato nº 050/2013, com fulcro no art. 120, inciso III, do Regimento Interno do TC/MS;
4. Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** equivalente a 30 (trinta) UFRMS ao Sr. **Yuri Peixoto Barbosa Valeis**, ex-prefeito municipal, pelo encaminhamento de forma **intempestiva**, dos documentos relativos aos itens **V.2, VIII.1.3 e VIII.2.3** da referida análise, por infração à prescrição legal e regulamentar, nos termos dos arts. 42, II e IX, art. 44, I, art. 45, I e art. 46, todos da LC nº 160/2012;
5. Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 60 (sessenta) dias para que o responsável supracitado recolha o valor referente à multa acima disposta junto ao FUNTC, comprovando nos autos no mesmo prazo, nos termos do art. 83 da Lei Complementar nº 160/2012;
6. Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado desta Decisão aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

É como decido.

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5070/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9156/2018

**PROTOCOLO:** 1924785

**ÓRGÃO:** INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ANTÔNIO JOÃO

**JURISDICIONADO E/OU:** DENIZE APARECIDA PEREIRA RIOS ARAUJO

**INTERESSADO (A):** JOAO ALONSO LIMA  
**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida ao servidor **JOAO ALONSO LIMA**, considerado regular pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 24 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5189/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9939/2018  
**PROTOCOLO:** 1928306  
**ÓRGÃO:** FUNDO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE  
**ORDENADOR DE DESPESAS:** JEFERSON LUIZ TOMAZONI  
**CARGO DO ORDENADOR:** PREFEITO MUNICIPAL  
**TIPO DE PROCESSO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO  
**VALOR:** R\$ 102.898,60  
**RELATOR (A):** Cons. JERSON DOMINGOS

Versam os autos sobre o exame do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 050/2018 e da formalização do Contrato nº 226/2018 (1ª e 2ª fases), celebrado entre o Fundo De Educação Municipal De São Gabriel Do Oeste e a empresa C.L.R. Comercial Ltda. – EPP, visando aquisição de materiais de higiene, limpeza e utensílios, para suprir as necessidades de consumo das Secretarias e Fundos Municipais de São Gabriel do Oeste – MS..

Em análise conclusiva, “ANA-3ICE-26825/2018”, a equipe técnica da 3ª Inspeção de Controle Externo constatou a regularidade do procedimento licitatório (Pregão Presencial nº. 050/2018), do instrumento contratual (Contrato nº 226/2018), correspondentes à 1ª e 2ª fases, em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais.

Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, este acolheu a manifestação do corpo técnico, e exarou o Parecer “PAR-2ªPRC-7030/2019”, opinando pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório, da formalização contratual, por estarem em conformidade com a legislação pertinente.

É o relatório.

**Passo a decidir.**

Inicialmente, cumpre esclarecer que o mérito da questão repousa na apreciação do procedimento licitatório - Pregão Presencial nº. 050/2018, da formalização do Contrato nº 226/2018 nos termos nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 e do artigo 120, incisos I e II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas nº 76/2013.

Da análise dos autos, o procedimento licitatório Pregão Presencial nº. 050/2018 encontra-se regular com base na Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na Resolução TC/MS nº 54/2016.

O Contrato nº 226/2018 estabelece com clareza as condições para a sua execução e apresenta cláusulas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, consoante disposto pelos artigos 54, parágrafo 1º, 55 e 61, da Lei Geral de Licitações e Contratos, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como com as normas regentes deste Tribunal de Contas.

Por todo o exposto, acolho a conclusão da Análise da 3ª Inspeção de Controle Externo e o r. Parecer exarado pelo Ministério Público de Contas, e **DECIDO:**

I – Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 050/2018, celebrado entre o Fundo De Educação Municipal De São Gabriel Do Oeste e a empresa C.L.R. Comercial Ltda. – EPP, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, I, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato nº 226/2018, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, II da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

III - pela **REMESSA** dos autos à Divisão de Fiscalização de Contratação Pública, Parcerias, Convênios do Estado e dos Municípios para subsidiar a análise das respectivas contratações, e demais providências;

IV - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado desta Decisão aos interessados, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

Campo Grande/MS, 25 de abril de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2445/2019**

**PROCESSO TC/MS:**TC/22660/2017  
**PROTOCOLO:**1856272  
**ÓRGÃO:**AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:**JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** DORCELINA APARECIDA SOUZA SILVA  
**TIPO DE PROCESSO:**BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS  
**RELATOR:**Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida a servidora **DORCELINA APARECIDA SOUZA SILVA**, considerada regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2447/2019**

**PROCESSO TC/MS:**TC/22730/2017  
**PROTOCOLO:**1856656  
**ÓRGÃO:**AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:**JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** ODETE LIMA DOS SANTOS  
**TIPO DE PROCESSO:**BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS  
**RELATOR:**Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida a servidora **ODETE LIMA DOS SANTOS**, considerada regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2449/2019

**PROCESSO TC/MS:TC/22818/2017**

**PROTOCOLO:1857175**

**ÓRGÃO:AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**JURISDICIONADO E/OU:JORGE OLIVEIRA MARTINS**

**INTERESSADO (A): HELENA RITSUCO HIGA ISHIKAWA**

**TIPO DE PROCESSO:BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

**RELATOR:Cons. JERSON DOMINGOS**

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida a servidora **HELENA RITSUCO HIGA ISHIKAWA**, considerada regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2452/2019

**PROCESSO TC/MS:TC/22908/2017**

**PROTOCOLO:1857700**

**ÓRGÃO:AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**JURISDICIONADO E/OU:JORGE OLIVEIRA MARTINS**

**INTERESSADO (A): ELIANA BATISTA DE SOUZA CARDOZO**

**TIPO DE PROCESSO:BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

**RELATOR:Cons. JERSON DOMINGOS**

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida a servidora **ELIANA BATISTA DE SOUZA CARDOZO**, considerada regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2459/2019

**PROCESSO TC/MS:TC/23007/2017**

**PROTOCOLO:1858044**

**ÓRGÃO:AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**JURISDICIONADO E/OU:JORGE OLIVEIRA MARTINS**

**INTERESSADO (A): SILVIA HELENA DE FREITAS MIEREZ**

**TIPO DE PROCESSO:BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

**RELATOR:Cons. JERSON DOMINGOS**

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida a servidora **SILVIA HELENA DE FREITAS MIEREZ**, considerada regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2460/2019

**PROCESSO TC/MS:TC/2306/2018**

**PROTOCOLO:1890203**

**ÓRGÃO:AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**JURISDICIONADO E/OU:JORGE OLIVEIRA MARTINS**

**INTERESSADO (A): DOMINGOS SAVIO DE SOUZA MARIUBA**

**TIPO DE PROCESSO:BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

**RELATOR:Cons. JERSON DOMINGOS**

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida ao servidor **DOMINGOS SAVIO DE SOUZA MARIUBA**, considerado regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2462/2019

**PROCESSO TC/MS:TC/23061/2017**

**PROTOCOLO:1858356**

**ÓRGÃO:AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**JURISDICIONADO E/OU:JORGE OLIVEIRA MARTINS**

**INTERESSADO (A): WARLEI DE SOUZA PINHEIRO**

**TIPO DE PROCESSO:BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

**RELATOR:Cons. JERSON DOMINGOS**

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida ao servidor **WARLEI DE**

**SOUZA PINHEIRO**, considerado regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2464/2019**

**PROCESSO TC/MS:TC/23107/2017**

**PROTOCOLO:1858492**

**ÓRGÃO:AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**JURISDICIONADO E/OU:JORGE OLIVEIRA MARTINS**

**INTERESSADO (A): MARIA RUBIN CUNHA**

**TIPO DE PROCESSO:BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

**RELATOR:Cons. JERSON DOMINGOS**

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida a servidora **MARIA RUBIN CUNHA**, considerada regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2435/2019**

**PROCESSO TC/MS:TC/22216/2017**

**PROTOCOLO:1853417**

**ÓRGÃO:AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**JURISDICIONADO E/OU:JORGE OLIVEIRA MARTINS**

**INTERESSADO (A): LUZIA ZONETE CORREA GONÇALVES**

**TIPO DE PROCESSO:BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

**RELATOR:Cons. JERSON DOMINGOS**

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida a servidora **LUZIA ZONETE CORREA GONÇALVES**, considerada regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2442/2019**

**PROCESSO TC/MS:TC/22594/2017**

**PROTOCOLO:1855221**

**ÓRGÃO:AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**JURISDICIONADO E/OU:JORGE OLIVEIRA MARTINS**

**INTERESSADO (A): ZAIRA PORTELA DE SOUZA ANDRADE**

**TIPO DE PROCESSO:BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

**RELATOR:Cons. JERSON DOMINGOS**

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida a servidora **ZAIRA PORTELA DE SOUZA ANDRADE**, considerada regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2438/2019**

**PROCESSO TC/MS:TC/22418/2017**

**PROTOCOLO:1854287**

**ÓRGÃO:AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**JURISDICIONADO E/OU:JORGE OLIVEIRA MARTINS**

**INTERESSADO (A): PAULO EDUARDO CABRAL**

**TIPO DE PROCESSO:BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

**RELATOR:Cons. JERSON DOMINGOS**

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida ao servidor **PAULO EDUARDO CABRAL**, considerado regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2439/2019**

**PROCESSO TC/MS:TC/22468/2017**

**PROTOCOLO:1854430**

**ÓRGÃO:AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**JURISDICIONADO E/OU:JORGE OLIVEIRA MARTINS**

**INTERESSADO (A): JANETE DA SILVA SOUZA**

**TIPO DE PROCESSO:BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**



**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida a servidora **JANETE DA SILVA SOUZA**, considerada regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2440/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/22475/2017

**PROTOCOLO:** 1854471

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** LUIZA MARIA DE REZENDE FERREIRA

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida a servidora **LUIZA MARIA DE REZENDE FERREIRA**, considerada regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2441/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/22508/2017

**PROTOCOLO:** 1854576

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** JANICE VIANA COITINHO

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedida a servidora **JANICE VIANA COITINHO**, considerada regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160,

de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

## ATOS PROCESSUAIS

**Conselheiro Waldir Neves Barbosa**

### Intimações

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NILZA RAMOS FERREIRA MARQUES**, ex-Prefeita Municipal de Novo Horizonte do Sul, com prazo de 30(trinta) dias.

O Conselheiro-Relator, **WALDIR NEVES BARBOSA**, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber aos que o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiver, expedido nos autos do **Processo TC/MS nº 6868/2015** – Balanço Geral, que se processa perante o Tribunal de Contas/MS, que, em seu cumprimento e atendendo ao mais que dos autos consta, fica **INTIMADA**, pelo presente Edital, no diário oficial eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e publicado na forma da lei, a **Sr.ª NILZA RAMOS FERREIRA MARQUES**, ex-Prefeita Municipal de Novo Horizonte do Sul, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para que informe a este Tribunal de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as medidas que foram tomadas para sanar as irregularidades apontadas na Análise – ANA-2ICE-25732/2015 e no Parecer PAR-4ºPRC-12232/2018, sob pena de não o fazendo, ser considerado revel no processo acima mencionado.

Dado e passado nesta cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, aos nove dias de maio de 2019, eu, Ana Cláudia Pilla, o digitei.

Campo Grande, 09 de maio de 2019.

**Cons. WALDIR NEVES BARBOSA**  
Relator

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NILZA RAMOS FERREIRA MARQUES**, ex-Prefeita Municipal de Novo Horizonte do Sul, com prazo de 30(trinta) dias.

O Conselheiro-Relator, **WALDIR NEVES BARBOSA**, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber aos que o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiver, expedido nos autos do **Processo TC/MS nº 5748/2016** – Contas de Governo, que se processa perante o Tribunal de Contas/MS, que, em seu cumprimento e atendendo ao mais que dos autos consta, fica **INTIMADA**, pelo presente Edital, no diário oficial eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e publicado na forma da lei, a **Sr.ª NILZA RAMOS FERREIRA MARQUES**, ex-Prefeita Municipal de Novo Horizonte do Sul, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para que informe a este Tribunal de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as medidas que foram tomadas para sanar as irregularidades apontadas na Análise – ANA-2ICE-52813/2017 e no Parecer PAR-4ºPRC-16174/2018, sob pena de não o fazendo, ser considerado revel no processo acima mencionado.

Dado e passado nesta cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, aos nove dias de maio de 2019, eu, Ana Cláudia Pilla, o digitei.

Campo Grande, 09 de maio de 2019.

**Cons. WALDIR NEVES BARBOSA**  
Relator

## Conselheiro Ronaldo Chadid

### Carga/Vista

DESPACHO DSP - G.RC - 15505/2019  
PROCESSO TC/MS: TC/06939/2017  
PROTOCOLO: 1805839  
ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO  
JURISDICIONADO: SEBASTIÃO EVALDO PAES DA SILVA  
TIPO DE PROCESSO: CONTAS DE GESTÃO  
RELATOR: Cons. RONALDO CHADID  
**ADVOGADO: WERTHER SIBUT DE ARAÚJO.**

DESPACHO DSP - G.RC - 15589/2019  
PROCESSO TC/MS: TC/10474/2015  
PROTOCOLO: 1610510  
ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO  
JURISDICIONAD: SEBASTIÃO EVALDO PAES DA SILVA  
TIPO DE PROCESSO: APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE  
RELATOR: Cons. RONALDO CHADID  
**ADVOGADO: WERTHER SIBUT DE ARAÚJO.**

DESPACHO DSP - G.RC - 15627/2019  
PROCESSO TC/MS: TC/4588/2016  
PROTOCOLO: 1677725  
ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO  
JURISDICIONADO: SEBASTIÃO EVALDO PAES DA SILVA  
TIPO DE PROCESSO: CONTAS DE GESTÃO  
RELATOR: Cons. RONALDO CHADID  
**ADVOGADO: WERTHER SIBUT DE ARAÚJO.**

DESPACHO DSP - G.RC - 15650/2019  
PROCESSO TC/MS: TC/6988/2015  
PROTOCOLO: 1593142  
ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO  
JURISDICIONADO: SEBASTIÃO EVALDO PAES DA SILVA  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO  
RELATOR: Cons. RONALDO CHADID  
**ADVOGADO: WERTHER SIBUT DE ARAÚJO.**

CAMPO GRANDE, 10 de maio de 2019.

Josyane Carmen Segantini  
Chefe Interina - Portaria "P" n. 196/2019  
CARTÓRIO

## Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo

### Carga/Vista

DESPACHO DSP - G.ODJ - 15747/2019  
PROCESSO TC/MS: TC/10848/2014  
PROTOCOLO: 1522278  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
RESPONSÁVEL: DOUGLAS ROSA GOMES  
CARGO: EX-PREFEITO  
ASSUNTO: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 134/2014  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**ADVOGADOS: BRUNO ROCHA SILVA E ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO.**

CAMPO GRANDE, 10 de maio de 2019.

Josyane Carmen Segantini  
Chefe Interina - Portaria "P" n. 196/2019  
CARTÓRIO

## SECRETARIA DAS SESSÕES

### Pauta

### Pleno

PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO Nº 12 DE 15 DE MAIO DE 2019 - JULGAMENTOS DESIGNADOS PARA PRÓXIMA SESSÃO ÀS 09:00 HORAS.

## CONSELHEIRO WALDIR NEVES BARBOSA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/18936/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1691556  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** EDUARDO GOMES DO AMARAL, ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/22646/2012/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012  
**PROTOCOLO:** 1691860  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOÃO  
**INTERESSADO(S):** LUCIA REGINA DA CRUZ BUTKEVICIUS

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/23274/2012/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012  
**PROTOCOLO:** 1727927  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** LEDI FERLA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/20910/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1741392  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/19828/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1743384  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAI  
**INTERESSADO(S):** ANDREZZA GIORDANO DE BARROS, CICERO DOS SANTOS, DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI LEITE

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/18208/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1753204  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA  
**INTERESSADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA, ZELIR ANTÔNIO MAGGIONI

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/24654/2012/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012  
**PROTOCOLO:** 1777413  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUARI  
**INTERESSADO(S):** VALDEMIR NOGUEIRA DE SOUZA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/19799/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 1780034  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS  
**INTERESSADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, ILDOMAR CARNEIRO FERNANDES, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/19807/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 1780047  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS  
**INTERESSADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, ILDOMAR CARNEIRO FERNANDES, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/24588/2012/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012

**PROTOCOLO:** 1792903

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SONORA

**INTERESSADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA, IVANA MARIA PAIAO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/20937/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1804001

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL

**INTERESSADO(S):** ABNER ALCANTARA SAMHA SANTOS, BRUNO OLIVEIRA PINHEIRO, Dráusio Jucá Pires, ERONIVALDO DA SILVA VASCONCELOS JUNIOR, GUILHERME AZAMBUJA FALCÃO NOVAES, ISADORA GONÇALVES COIMBRA SOUTO DE ARAUJO, LUIZ FELIPE FERREIRA DOS SANTOS

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/8798/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1806924

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS

**INTERESSADO(S):** IVAN DA CRUZ PEREIRA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/24540/2017

**ASSUNTO:** APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE 2017

**PROTOCOLO:** 1869445

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SELVIRIA

**INTERESSADO(S):** JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/24662/2017

**ASSUNTO:** APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE 2017

**PROTOCOLO:** 1869926

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANAIBA

**INTERESSADO(S):** DEBORA QUEIROZ DE OLIVEIRA, RONALDO JOSE SEVERINO DE LIMA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/7546/2018

**ASSUNTO:** AUDITORIA 2017

**PROTOCOLO:** 1908634

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE TRES LAGOAS

**INTERESSADO(S):** CASSIANO ROJAS MAIA, MARIA CELIA MEDEIROS

**CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/04479/2012

**ASSUNTO:** BALANÇO GERAL 2011

**PROTOCOLO:** 1295258

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

**INTERESSADO(S):** JOSE GILBERTO GARCIA, MARCIA ALVES ORTEGA, ROBERTO HASHIOKA SOLER

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00003009/2011 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2011

TC/00000667/2011 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2011

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/6823/2016

**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2015

**PROTOCOLO:** 1680501

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE QUEDAS

**INTERESSADO(S):** JOSE GOMES GOULART

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00009119/2015 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015

TC/00012864/2015 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015

TC/00000785/2015 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/14137/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1855151

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** SEBASTIÃO NOGUEIRA FARIA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/16536/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1731529

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPORA

**INTERESSADO(S):** MOISES PIRES DE OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/12095/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1741775

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TERNOS

**INTERESSADO(S):** CARLA CASTRO REZENDE DINIZ BRANDÃO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/12734/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1734341

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TERNOS

**INTERESSADO(S):** CARLA CASTRO REZENDE DINIZ BRANDÃO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/12762/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1741768

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TERNOS

**INTERESSADO(S):** CARLA CASTRO REZENDE DINIZ BRANDÃO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/03967/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1702908

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** EDUARDO GOMES DO AMARAL, ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/03985/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1702771

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** EDUARDO GOMES DO AMARAL, ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/1392/2011/001

**ASSUNTO:** RECURSO 2014

**PROTOCOLO:** 1559051

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA

**INTERESSADO(S):** JUN ITI HADA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/17288/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1725071

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA

**INTERESSADO(S):** JUN ITI HADA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/17711/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1735599

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA

**INTERESSADO(S):** JUN ITI HADA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/11025/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1816573

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COXIM

**INTERESSADO(S):** ALUIZIO COMETKI SAO JOSE, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/04391/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1743400

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAI

**INTERESSADO(S):** ANDREZZA GIORDANO DE BARROS, BENEDITO MISSIAS DE OLIVEIRA, DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI LEITE

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/10256/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1778526

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS

**INTERESSADO(S):** IVAN DA CRUZ PEREIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/14182/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1742110

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS

**INTERESSADO(S):** IVAN DA CRUZ PEREIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/14322/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1808350

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA

**INTERESSADO(S):** JORGE JUSTINO DIOGO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/15095/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1784486

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COXIM

**INTERESSADO(S):** ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, ROGERIO MARCIO ALVES SOUTO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/14603/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1926136

**ORGÃO:** FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** JUSTINIANO BARBOSA VAVAS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/09878/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1780089

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

**INTERESSADO(S):** ILDOMAR CARNEIRO FERNANDES, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/10851/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1825221

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA

**INTERESSADO(S):** BRUNO OLIVEIRA PINHEIRO, Dráusio Jucá Pires, GUILHERME AZAMBUJA FALCÃO NOVAES, LUIZ FELIPE FERREIRA DOS SANTOS, MARIANA SILVEIRA NAGLIS, SILAS JOSE DA SILVA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/6679/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1711132

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

**INTERESSADO(S):** ADAO UNIRIO ROLIM

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/473/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013

**PROTOCOLO:** 1652827

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO

**INTERESSADO(S):** JOSE ANTONIO ASSAD E FARIA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/19187/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1623668

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/115148/2012/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1719692

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA

**INTERESSADO(S):** BRUNO ROCHA SILVA, ZELIR ANTÔNIO MAGGIONI

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/19907/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1650446

**ORGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** LAERCIO ARRUDA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/69932/2011/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2011

**PROTOCOLO:** 1776400

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

**INTERESSADO(S):** EVANDER JOSE VENDRAMINI DURAN

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/16275/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013

**PROTOCOLO:** 1779280

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM

**INTERESSADO(S):** ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/10514/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1835137

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAATEMI

**INTERESSADO(S):** Jose Roberto Felipe Arcoverde

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/10558/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1824176

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAATEMI

**INTERESSADO(S):** Jose Roberto Felipe Arcoverde

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/08778/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1864250

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE CASSILANDIA

**INTERESSADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI LEITE, VALDECY PEREIRA DA COSTA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/01812/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1821736

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL

**INTERESSADO(S):** JAIME HENRIQUE MARQUES DE MELO, Liana Chianca Oliveira Noronha, MURILO GODOY, Nilza Ramos Ferreira Marques

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/13647/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1860511  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** LEILA CARDOSO MACHADO, NARA MANCUELHO DAUBIAN

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/11197/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1846644  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUMBÁ  
**INTERESSADO(S):** ROSEANE LIMOIEIRO DA SILVA PIRES

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/01139/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1859993  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE  
**INTERESSADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, SIDNEY FORONI

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/02559/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1884007  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA  
**INTERESSADO(S):** JUN ITI HADA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/73101/2011/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1739221  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ARLEI SILVA BARBOSA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/13781/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1738886  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** EDUARDO GOMES DO AMARAL, ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/16273/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 1777469  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/11018/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 1824576  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA  
**INTERESSADO(S):** JORGE JUSTINO DIOGO

#### CONSELHEIRO JERSON DOMINGOS

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/21362/2004  
**ASSUNTO:** CONVÊNIO 2000  
**PROTOCOLO:** 807994  
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MS  
**INTERESSADO(S):** ALBERTO DE MATOS OLIVEIRA, ANGELA MARIA COSTA, EGON KRACKHECKE, JULIO CESAR PEREIRA DA SILVA, LUZIA HERMELINDA OLIVEIRA ROCHA, MANOEL MIRANDA DA SILVA, RONALDO DE SOUZA FRANCO, SILVIO APARECIDO DI NUCCI

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/3901/2014  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2013  
**PROTOCOLO:** 1488267  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUARI  
**INTERESSADO(S):** ANDRIELI AGUIAR NUNES, VAGNER GOMES VILELA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/7970/2015  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2014  
**PROTOCOLO:** 1591220  
**ORGÃO:** FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INOCENCIA  
**INTERESSADO(S):** ANTONIO ANGELO GARCIA DOS SANTOS, HELENA LOURDES DANTAS BARBOSA MARTINS

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/7967/2015  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2014  
**PROTOCOLO:** 1591230  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INOCENCIA  
**INTERESSADO(S):** ANTONIO ANGELO GARCIA DOS SANTOS, GELSON PIMENTA DOS SANTOS, WANDER FABIO DIAS JUNQUEIRA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/66247/2011/001  
**ASSUNTO:** RECURSO 2011  
**PROTOCOLO:** 1614390  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA  
**INTERESSADO(S):** ANDRE BARBOSA FABIANO, JESUS QUEIROZ BAIRD

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/117897/2012/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012  
**PROTOCOLO:** 1635791  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO  
**INTERESSADO(S):** MAURO SAMPAIO DE SOUZA, MUSSA RODRIGUES OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/25192/2016  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2014  
**PROTOCOLO:** 1729084  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE CHAPADÃO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** LUIZ FELIPE BARRETO DE MAGALHAES, VAINER ESTELA MARTINS ANDRE

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/25202/2016  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2014  
**PROTOCOLO:** 1729089  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE COSTA RICA  
**INTERESSADO(S):** AVERALDO BARBOSA DA COSTA, LUCAS LÁZARO GEROLOMO

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/10693/2017  
**ASSUNTO:** RELATÓRIO DESTAQUE 2016  
**PROTOCOLO:** 1811166  
**ORGÃO:** PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA  
**INTERESSADO(S):** ADELMO ANTONIO URBAN, EBERTON COSTA DE OLIVEIRA, JAQUES DOUGLAS DE SOUZA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/18699/2017  
**ASSUNTO:** APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE 2017  
**PROTOCOLO:** 1841979  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** MARCOS MARCELLO TRAD

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/6788/2018  
**ASSUNTO:** RELATÓRIO DESTAQUE 2015  
**PROTOCOLO:** 1906273  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO  
**INTERESSADO(S):** JOSE ROBSON SAMARA RODRIGUES DE ALMEIDA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/8686/2018

**ASSUNTO:** AUDITORIA 2016

**PROTOCOLO:** 1921415

**ORGÃO:** FUNDEB-FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE PARAÍSO DAS ÁGUAS

**INTERESSADO(S):** INES DOS SANTOS PINHO, IVAN DA CRUZ PEREIRA

**CONSELHEIRO MARCIO CAMPOS MONTEIRO**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/18718/2016

**ASSUNTO:** AUDITORIA 2015

**PROTOCOLO:** 1724297

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANASTÁCIO

**INTERESSADO(S):** DOUGLAS MELO FIGUEIREDO

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/19469/2015

**ASSUNTO:** AUDITORIA 2013

**PROTOCOLO:** 1641493

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE QUEDAS

**INTERESSADO(S):** JOSE GOMES GOULART

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/14889/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013

**PROTOCOLO:** 1645306

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRENOS

**INTERESSADO(S):** Carla Castro Rezende Diniz Brandao

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/11188/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1850780

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA

**INTERESSADO(S):** BRUNO OLIVEIRA PINHEIRO, Dráusio Jucá Pires, GUILHERME AZAMBUJA FALCÃO NOVAES, LUIZ FELIPE FERREIRA DOS SANTOS, MARIANA SILVEIRA NAGLIS, SILAS JOSE DA SILVA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/11212/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1846981

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA

**INTERESSADO(S):** BRUNO OLIVEIRA PINHEIRO, Dráusio Jucá Pires, GUILHERME AZAMBUJA FALCÃO NOVAES, LUIZ FELIPE FERREIRA DOS SANTOS, MARIANA SILVEIRA NAGLIS, SILAS JOSE DA SILVA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/3538/2009/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2009

**PROTOCOLO:** 1684356

**ORGÃO:** AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL

**INTERESSADO(S):** JOSE ANTONIO ROLDAO

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/480/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013

**PROTOCOLO:** 1798552

**ORGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL MS

**INTERESSADO(S):** MARIA CRISTINA GALVÃO ROSA CARRIUO

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/6474/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1813093

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

**INTERESSADO(S):** ALUIZIO COMETKI SAO JOSE, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/120215/2012/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012

**PROTOCOLO:** 1814715

**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE

**INTERESSADO(S):** VOLMAR VICENTE FILIPPIN

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/617/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1723569

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAARAPÓ

**INTERESSADO(S):** MARIO VALERIO

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/14944/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013

**PROTOCOLO:** 1879216

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS

**INTERESSADO(S):** ILDOMAR CARNEIRO FERNANDES, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/14944/2013/002

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013

**PROTOCOLO:** 1879208

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS

**INTERESSADO(S):** ALCINO FERNANDES CARNEIRO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/20513/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1746471

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ

**INTERESSADO(S):** LUIZ HENRIQUE MAIA DE PAULA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/16249/2015/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015

**PROTOCOLO:** 1881827

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

**INTERESSADO(S):** ALUIZIO COMETKI SAO JOSE, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/19763/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1863944

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

**INTERESSADO(S):** ALUIZIO COMETKI SAO JOSE, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/10703/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1922853

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

**INTERESSADO(S):** ALUIZIO COMETKI SAO JOSE, ANDREY DE MORAES SCAGLIA, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, LUCAS HENRIQUE DOS SANTOS CARDOS, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/4180/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1808970

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL

**INTERESSADO(S):** ABNER ALCANTARA SAMHA SANTOS, BRUNO OLIVEIRA PINHEIRO, ERONIVALDO DA SILVA VASCONCELOS JUNIOR, GUILHERME AZAMBUJA FALCÃO NOVAES, LUIZ FELIPE FERREIRA DOS SANTOS, MARIANA SILVEIRA NAGLIS

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/4201/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1803483

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL

**INTERESSADO(S):** ABNER ALCANTARA SAMHA SANTOS, BRUNO OLIVEIRA PINHEIRO, Dráusio Jucá Pires, ERONIVALDO DA SILVA VASCONCELOS JUNIOR, GUILHERME AZAMBUJA FALCÃO NOVAES, ISADORA GONÇALVES COIMBRA SOUTO DE ARAUJO, LUIZ FELIPE FERREIRA DOS SANTOS

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/8390/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1804003

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL

**INTERESSADO(S):** ABNER ALCANTARA SAMHA SANTOS, BRUNO OLIVEIRA PINHEIRO, Dráusio Jucá Pires, ERONIVALDO DA SILVA VASCONCELOS JUNIOR, GUILHERME AZAMBUJA FALCÃO NOVAES, ISADORA GONÇALVES COIMBRA SOUTO DE ARAUJO, LUIZ FELIPE FERREIRA DOS SANTOS

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/14077/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1863701

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIBA

**INTERESSADO(S):** DIOGO ROBALINHO DE QUEIROZ, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT**

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/24037/2012/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012

**PROTOCOLO:** 1638192

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA

**INTERESSADO(S):** ANA CAROLINA CARVALHO BUENO, BRUNO ROCHA SILVA, ZELIR ANTÔNIO MAGGIONI

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00024037/2012/002 RECURSO 2012

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/9148/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013

**PROTOCOLO:** 1715002

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS

**INTERESSADO(S):** MÁRCIA MARIA SOUZA DA COSTA MOURA DE PAULA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/22384/2012/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012

**PROTOCOLO:** 1721289

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL

**INTERESSADO(S):** ARLEI SILVA BARBOSA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/08901/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1754574

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

**INTERESSADO(S):** Antonio Delfino Pereira Neto, BRUNO ROCHA SILVA, GETULIO FURTADO BARBOSA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/106933/2011/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2011

**PROTOCOLO:** 1831664

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA

**INTERESSADO(S):** DALTRO FIUZA

Interessado:

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

SECRETARIA DAS SESSÕES, 9 DE MAIO DE 2019

**ALESSANDRA XIMENES**  
**CHEFE DA SECRETARIA DAS SESSÕES**  
**TCE/MS**

## Primeira Câmara

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA Nº 10 DE 14 DE MAIO DE 2019 - JULGAMENTOS DESIGNADOS PARA PRÓXIMA SESSÃO ÀS 09:00 HORAS.**

**CONSELHEIRO WALDIR NEVES BARBOSA**

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/6290/2016

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016

**PROTOCOLO:** 1673923

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO

**INTERESSADO(S):** EVALDO CARLOS DE SOUZA, HUMBERTO CARLOS RAMOS AMADUCCI, LUCIANA BARROS, P.L. DA SILVA NETO TRANSPORTES - ME, VALDOMIRO BRISCHILIARI

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/18163/2017

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1839993

**ORGÃO:** DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** GERSON CLARO DINO, MT ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/9281/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2018

**PROTOCOLO:** 1923232

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

**INTERESSADO(S):** JOAO CARLOS KRUG, TERCON

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/11135/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2018

**PROTOCOLO:** 1934612

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS

**INTERESSADO(S):** IVAN DA CRUZ PEREIRA, PRO-I 9 ARQUITETURA & CONSTRUCAO LTDA - ME

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/02830/2012

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012

**PROTOCOLO:** 1248101

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA

**INTERESSADO(S):** JAIME SOARES FERREIRA, JOSE DODO DA ROCHA, JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS, JOSE VISANI & CIA LTDA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/01413/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2012

**PROTOCOLO:** 1318156

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS

**INTERESSADO(S):** ANDREZZA GIORDANO DE BARROS, JORGE APARECIDO QUEIROZ, JURANDIR DA CUNHA VIANA JUNIOR, WLH CONSTRUCOES LTDA

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00002602/2013 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2012

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/12290/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2013

**PROTOCOLO:** 1433370

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA

**INTERESSADO(S):** TMJB LTDA EPP, WALDELI DOS SANTOS ROSA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/10554/2014

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2010

**PROTOCOLO:** 1515296

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

**INTERESSADO(S):** DALMY CRISÓSTOMO DA SILVA, DIVINO MORAIS DE LIMA - ME, ILDOMAR CARNEIRO FERNANDES, MANOEL NUNES DA SILVA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/10767/2015

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015

**PROTOCOLO:** 1599750

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** ANA CLAUDIA COSTA BUHLER, AUTO POSTO COSTA MATOS LTDA, EDER UILSON FRANÇA LIMA, SÔNIA APARECIDA DIAS HENRIQUES GARÇÃO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/19294/2017

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1843286

**ORGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

**INTERESSADO(S):** AUD DE OLIVEIRA CHAVES, HEALTH NUTRIÇÃO E SERVIÇOS LTDA

#### **CONSELHEIRO MARCIO CAMPOS MONTEIRO**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/4530/2015

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2014

**PROTOCOLO:** 1581477

**ORGÃO:** FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** CARLOS ROBERTO DE MARCHI, CUORE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., JUSTINIANO BARBOSA VAVAS

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/1005/2018

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1884525

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** DÉLIA GODOY RAZUK, FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, RENATO OLIVEIRA GARCEZ VIDIGAL

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/7859/2017

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016

**PROTOCOLO:** 1810974

**ORGÃO:** FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** JUSTINIANO BARBOSA VAVAS, NEO LINE PRODUTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/15255/2017

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1832226

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP, RENATO OLIVEIRA GARCEZ VIDIGAL

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/447/2017

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2016

**PROTOCOLO:** 1769070

**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ

**INTERESSADO(S):** DESIANE PIRES AMÉRICO RODRIGUES DA SILVA, GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/15828/2015

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015

**PROTOCOLO:** 1630807

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI

**INTERESSADO(S):** EDILSON ZANDONA DE SOUZA, MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/7607/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2014

**PROTOCOLO:** 1493854

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO

**INTERESSADO(S):** LEONEL LEMOS DE SOUZA BRITO, ODILSON ARRUDA SOARES, VANZELLA VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/8543/2016

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016

**PROTOCOLO:** 1674943

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO

**INTERESSADO(S):** ADAILTON BALDOMIR BATISTA NETO, COMERCIAL DE ALIMENTOS L & ME, LEONEL LEMOS DE SOUZA BRITO, LUCIANE FERREIRA PALHANO, LUCIANI COIMBRA DE CARVALHO, ODILSON ARRUDA SOARES

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/23449/2017

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1860130

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL

**INTERESSADO(S):** ILDA SALGADO MACHADO

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/6749/2017

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1800097

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

**INTERESSADO(S):** ADAILTON BALDOMIR BATISTA NETO, JEAN SERGIO CLAVISSO FOGACA, LUCIANE FERREIRA PALHANO, LUCIANI COIMBRA DE CARVALHO

#### **CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT**

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/14753/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2014

**PROTOCOLO:** 1534855

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** GIROGAZ COMERCIAL DE OXIGENIO LTDA, RENATO OLIVEIRA GARCEZ VIDIGAL, SEBASTIÃO NOGUEIRA FARIA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/19452/2015

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2015

**PROTOCOLO:** 1641933

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** CONSTRUTORA PECINI LTDA, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/19434/2015

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015

**PROTOCOLO:** 1645455

**ORGÃO:** INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA, JAIME ELIAS VERRUCK, RICARDO EBOLI GONÇALVES FERREIRA, ROBERTO SILVEIRA BARBOSA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/15100/2016

**ASSUNTO:** CONVÊNIOS 2014

**PROTOCOLO:** 1701267

**ORGÃO:** FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** DAVI JOSÉ BUNGENSTAB, EDNA SCREMIN DIAS, MARCELO



AUGUSTO SANTOS TURINE

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/12014/2017

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1824528

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE

**INTERESSADO(S):** NAÇÃO CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS LTDA, VALDIR COUTO DE SOUZA JÚNIOR

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/18238/2017

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1839346

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO

**INTERESSADO(S):** MARIA LUCIA GONCALVES DE MIRANDA, RAMAL PROPAGANDA LTDA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/18243/2017

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1841314

**ORGÃO:** FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** JUSTINIANO BARBOSA VAVAS, MAX LIMP - PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA ME

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/19387/2017

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1843543

**ORGÃO:** FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS

**INTERESSADO(S):** Majela Medicamentos, NELSON BARBOSA TAVARES

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/19459/2017

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1843746

**ORGÃO:** FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS

**INTERESSADO(S):** CM Hospitalar, NELSON BARBOSA TAVARES

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/19699/2017

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1845796

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO

**INTERESSADO(S):** KINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA, ODILSON ARRUDA SOARES

Interessado:

**FIAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

SECRETARIA DAS SESSÕES, 9 DE MAIO DE 2019

**ALESSANDRA XIMENES**  
**CHEFE DA SECRETARIA DAS SESSÕES**  
**TCE/MS**

## Segunda Câmara

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA Nº 8 DE 14 DE MAIO DE 2019 - JULGAMENTOS DESIGNADOS PARA PRÓXIMA SESSÃO ÀS 10:00 HORAS.**

**CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/7576/2018

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1915079

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORA

**INTERESSADO(S):** JOAO BUCIOLI DE SOUZA, JOAO CARLOS TEODORO, JOAQUIM ADIALA HARA, LUIZ CARLOS DAMACENO, MARLI VIEIRA FERRO, NIVALDO DIAS LIMA, S.H. INFORMÁTICA LTDA, VANDERLEY BISPO DE OLIVEIRA, VERIDIANA BARBOSA DA SILVA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/6841/2018

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / COMPRAS / OBRAS 2018

**PROTOCOLO:** 1910904

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAI

**INTERESSADO(S):** ADRIANO JOSE SILVERIO, ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/8218/2018

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1918572

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAI

**INTERESSADO(S):** ADRIANO JOSE SILVERIO, Astolfo Carlos Mendes, CAROLINE TOURO BELUQUE EGER, CLAUDIA AYAKO TAIRA, EDVAN THIAGO BARROS BARBOSA, FATIMA DE LOURDES FERREIRA LIUTI, FERNANDO TADASHI KAMITANI, J. C. DOS SANTOS & CIA LTDA, Maria Telma de Oliveira Minari, MILENA CRISTINA FEUSER

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3067/2018

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1893395

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU

**INTERESSADO(S):** PEDRO ARLEI CARAVINA, PRUDENMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA - EPP

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/5728/2018

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1905832

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU

**INTERESSADO(S):** DMP PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, PEDRO ARLEI CARAVINA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/10605/2017

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1818823

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

**INTERESSADO(S):** EMERSON CHARLES JONSSON-MEI, JOSE GILBERTO GARCIA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/10092/2018

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1929860

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

**INTERESSADO(S):** CRISTAL AGENCIA DE VIAGENS, JULIANA CAETANO ORTEGA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3353/2018

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1895247

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** A. D. DAMINELLI ME, EDER UILSON FRANÇA LIMA, SÔNIA APARECIDA DIAS HENRIQUES GARÇÃO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3447/2018

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1895549

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** EDER UILSON FRANÇA LIMA, MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, SÔNIA APARECIDA DIAS HENRIQUES GARÇÃO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/10478/2017

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROCOLO:** 1818106

**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

**INTERESSADO(S):** CARLOS ALBERTO DE ASSIS, COSTA CAMARGO COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/7671/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2018

**PROCOLO:** 1915128

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU

**INTERESSADO(S):** CENTRAL VIA SINALIZACAO E SERVICOS LTDA - ME, PEDRO ARLEI CARAVINA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/5878/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018

**PROCOLO:** 1906177

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** EDER UILSON FRANÇA LIMA, TORAL & SILVA LTDA ME

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/7021/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018

**PROCOLO:** 1911405

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** B. A. MARQUES - ME, EDER UILSON FRANÇA LIMA, SÔNIA APARECIDA DIAS HENRIQUES GARÇÃO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/7874/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018

**PROCOLO:** 1916275

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** EDER UILSON FRANÇA LIMA, ÉLCIO CARDOZO DA SILVA ME

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3466/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018

**PROCOLO:** 1895616

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUIRAI

**INTERESSADO(S):** POROROCA AUTO POSTO III LTDA, RICARDO FAVARO NETO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/11048/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2014

**PROCOLO:** 1508766

**ORGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

**INTERESSADO(S):** GIMENEZ ENGENHARIA LTDA, MARIA WILMA CASANOVA ROSA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/115139/2012

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2012

**PROCOLO:** 1345001

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA

**INTERESSADO(S):** ARI BASSO, DALTRO FIUZA, MARCELO DE ARAUJO ASCOLI, SOLUCON CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/19806/2012

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012

**PROCOLO:** 1268278

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** CBB INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA, JORGE LUIS DE LUCIA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/11563/2016

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA ADMINISTRATIVO 2016

**PROCOLO:** 1700840

**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

**INTERESSADO(S):** GRÁFICA E EDITORA ALVORADA LTDA, MARIA CECILIA

AMENDOLA DA MOTTA, MARIA NILENE BADECA DA COSTA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/12305/2017

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017

**PROCOLO:** 1826126

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** EDER UILSON FRANÇA LIMA, TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/13673/2016

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016

**PROCOLO:** 1701492

**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

**INTERESSADO(S):** ITEL INFORMATICA LTDA, MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/18052/2012

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012

**PROCOLO:** 1265127

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA

**INTERESSADO(S):** ARI BASSO, DALTRO FIUZA, MARCELO DE ARAUJO ASCOLI, PAPA LEGUAS TRANSPORTE LTDA - ME

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/5396/2018

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018

**PROCOLO:** 1903998

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** DAIANE RICKEN - ME, EDER UILSON FRANÇA LIMA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/93664/2011

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2011

**PROCOLO:** 1179087

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

**INTERESSADO(S):** A.V DOS SANTOS LACERDA-ME, MARTA MARIA DE ARAUJO

#### CONSELHEIRO JERSON DOMINGOS

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/8939/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2013

**PROCOLO:** 1420947

**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

**INTERESSADO(S):** BELTER CONSTRUÇÕES LTDA, JOSÉ CARLOS BARBOSA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/9554/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2013

**PROCOLO:** 1422351

**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

**INTERESSADO(S):** EDYP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, JOSÉ CARLOS BARBOSA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/5179/2015

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015

**PROCOLO:** 1584639

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS

**INTERESSADO(S):** ANDRE LUIZ BITTENCOURT, AUTO POSTO CIDADE TRES LAGOAS LTDA, JORGE APARECIDO QUEIROZ

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/7554/2015

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015

**PROCOLO:** 1588639

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIBA

**INTERESSADO(S):** DIOGO ROBALINHO DE QUEIROZ, J.P.M. CONSULTORIA CONTABIL LTDA, RONALDO JOSE SEVERINO DE LIMA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/8458/2015  
**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2015  
**PROTOCOLO:** 1593853  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRES LAGOAS  
**INTERESSADO(S):** ELIANE CRISTINA FIGUEIREDO BRILHANTE, MÁRCIA MARIA SOUZA DA COSTA MOURA DE PAULA, MOLINA & amp; CAMPOS LTDA - EPP

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/9870/2016  
**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016  
**PROTOCOLO:** 1672802  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS  
**INTERESSADO(S):** ELIANE CRISTINA FIGUEIREDO BRILHANTE, FERNANDO DOS SANTOS PEREIRA, RILL QUIMICA LTDA - EPP

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/23953/2016  
**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1749160  
**ORGÃO:** DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** GERSON CLARO DINO

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/23954/2016  
**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1749161  
**ORGÃO:** DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** GERSON CLARO DINO

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/23955/2016  
**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1749162  
**ORGÃO:** DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** GERSON CLARO DINO

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/23957/2016  
**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1749164  
**ORGÃO:** DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** GERSON CLARO DINO

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/6746/2018  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2018  
**PROTOCOLO:** 1907161  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** ANDRÉ LUIS SOUKEF OLIVEIRA, D.C.A CONSTRUTORA LTDA-ME, LUIZ CARLOS DA ROCHA LIMA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/6280/2018  
**ASSUNTO:** CONTRATO DE TRANSPORTE ESCOLAR 2018  
**PROTOCOLO:** 1907208  
**ORGÃO:** FUNDO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE  
**INTERESSADO(S):** JEFERSON LUIZ TOMAZONI, KALICIA DE BRITO FRANÇA, ÓTIMA VIAGEM E TURISMO LTDA-ME

Interessado:

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

SECRETARIA DAS SESSÕES, 9 DE MAIO DE 2019

**ALESSANDRA XIMENES**  
**CHEFE DA SECRETARIA DAS SESSÕES**  
**TCE/MS**

## ATOS DO PRESIDENTE

### Atos de Pessoal

#### Portaria

##### PORTARIA 'P' Nº 215/2019, DE 9 DE MAIO DE 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, **CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES**, no uso da competência conferida no inciso IV do art. 9º da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, c.c. o disposto na alínea 'c' do inciso XV do art. 19 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

#### RESOLVE:

Conceder prorrogação de licença maternidade à servidora **FLAVIA PIERIN FREITAS BUCHARA**, matrícula 2554, Auditora Estadual de Controle Externo, símbolo TCCE-400, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, no período de 19/06/2019 à 17/08/2019, com fulcro no artigo 1º, e §1º da Lei Estadual nº 3.855, de 30 de março de 2010.

Campo Grande/MS, 9 de maio de 2019.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**  
Presidente

##### PORTARIA 'P' Nº 216/2019, DE 9 DE MAIO DE 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, **CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES**, no uso da competência conferida no inciso IV do art. 9º da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, c.c. o disposto na alínea 'c' do inciso XV do art. 19 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

#### RESOLVE:

Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores relacionados no quadro abaixo com fulcro nos artigos 136, § 1º, artigo 137, e 144, da Lei Estadual nº 1.102/90, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.157/00.

Mat.	Nome	Código	Período	Dias	Processo
338	Nadia Ferreira Pereira	TCAD-700	16/04/2019 a 15/05/2019	30	TC 4001/2019
2555	Joseli Pereira Macedo Rezende	TCCE-400	23/04/2019 à 07/05/2019	15	TC 4140/2019

Campo Grande/MS, 9 de maio de 2019.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**  
Presidente

##### PORTARIA 'P' Nº 217/2019, DE 9 DE MAIO DE 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, **CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES**, no uso da competência conferida no inciso IV do art. 9º da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, c.c. o disposto na alínea 'c' do inciso XV do art. 19 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

#### RESOLVE:

Conceder prorrogação de Licença para tratamento de saúde à servidora relacionada no quadro abaixo com fulcro no artigo 131, § único e artigo 132, §§ 1º e 2º, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

Mat.	Nome	Código	Período	Dias	Processo
621	Rosemeire Cordeiro da Silva Khan	TCCE-600	24/04/2019 a 23/05/2019	30	TC/3118/2019
809	Sônia Benites de Oliveira	TCAS-800	28/04/2019 a 27/05/2019	30	TC/956/2019

Campo Grande/MS, 9 de maio de 2019.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**  
Presidente

**PORTARIA 'P' Nº 218/2019, DE 9 DE MAIO DE 2019.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, **CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES**, no uso da competência conferida no inciso IV do art. 9º da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, c.c. o disposto na alínea 'c' do inciso XV do art. 19 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

**RESOLVE:**

Conceder licença para tratamento de saúde de pessoa da família ao servidor **SANDELMO ALBUQUERQUE**, matrícula 2564, no período de 30/04/2019 a 04/05/2019, com fulcro no artigo 146, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 1.102 de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande/MS, 9 de maio de 2019.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**  
Presidente

**PORTARIA 'P' Nº 219/2019, DE 09 DE MAIO DE 2019.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, **CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES**, no uso da competência conferida no inciso IV do art. 9º da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, c.c. o disposto na alínea 'c' do inciso XV do art. 19 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

**RESOLVE:**

Nomear **MOACIR DE RÉ**, matrícula 2308, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Conselheiro, símbolo TCAS-203, e considerá-lo exonerado do cargo em comissão de Assessor Administrativo II, símbolo TCAS-204, do Gabinete do Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt, com validade a contar de 1º de maio de 2019.

Campo Grande/MS, 09 de maio de 2019.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**  
Presidente

**PORTARIA 'P' Nº 220/2019, DE 09 DE MAIO DE 2019.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, **CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES**, no uso da competência conferida no inciso IV do art. 9º da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, c.c. o disposto na alínea 'c' do inciso XV do art. 19 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

**RESOLVE:**

Nomear **FRANCISCO ANTONIO DINIZ RESENDE JUNIOR** para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete II, símbolo TCAS-205, do Gabinete do Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt, com validade a contar de 1º de maio de 2019.

Campo Grande/MS, 09 de maio de 2019.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**  
Presidente

**PORTARIA 'P' Nº 221/2019, DE 09 DE MAIO DE 2019.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, **CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES**, no uso da competência conferida no inciso IV do art. 9º da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro

de 2012, c.c. o disposto na alínea 'c' do inciso XV do art. 19 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

**RESOLVE:**

Nomear **TÂNIA MARIA LOPES**, matrícula 2305, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete II, símbolo TCAS-205, e considerá-la exonerada do cargo em comissão de Assessor de Conselheiro, símbolo TCAS-203, do Gabinete do Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt, com validade a contar de 1º de maio de 2019.

Campo Grande/MS, 09 de maio de 2019.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**  
Presidente

**PORTARIA 'P' Nº 222/2019, DE 09 DE MAIO DE 2019.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, **CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES**, no uso da competência conferida no inciso IV do art. 9º da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, c.c. o disposto na alínea 'c' do inciso XV do art. 19 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

**RESOLVE:**

Nomear **YÁSCARA LOPES DE ARAÚJO BARBETA**, matrícula 2939, para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo II, símbolo TCAS-204, e considerá-la exonerada do cargo em comissão de Assessor de Gabinete II, símbolo TCAS-205, do Gabinete do Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt, com validade a contar de 1º de maio de 2019.

Campo Grande/MS, 09 de maio de 2019.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**  
Presidente

**Atos de Gestão**

**Resultado de Licitação**

**AVISO DE RESULTADO  
PROCESSO TC/1360/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019**

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul - TCE/M, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria "P" nº 82/2019, torna público para os interessados, as vencedoras do Pregão Presencial n. 03/2019, cujo objeto é Registro de Preço para o fornecimento e instalação de películas de vidro, a fim de atender a necessidade deste Tribunal de Contas, de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência Anexo I do edital, dos Itens 1 e 2 foi a empresa **SIDNEY DENIS DA COSTA - ME**, CNPJ nº 15.462.347/0001-23, pelo Item 1 no valor global de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) e Item 2 no valor global de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), no valor total de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais, sendo-lhe adjudicados os objetos da presente licitação.

Campo Grande - MS, 09 de maio de 2019.

**NELSON ZENTENO**  
Pregoeiro

